MEMÓRIA

Formação de Conselheiros
e Conselheiras em

Direitos Humanos e Participação Social

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

MEMÓRIA

Formação de Conselheiros
e Conselheiras em

Direitos Humanos e Participação Social

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Expediente

Prefeitura Municipal de São Paulo

Fernando Haddad *– Prefeito*

Eduardo Matarazzo Suplicy *– Secretário de Direitos Humanos e Cidadania*

Guilherme Assis de Almeida *– Secretário Adjunto de Direitos Humanos e Cidadania*

Giordano Morangueira Magri *– Chefe de Gabinete*

Maria José Scardua *– Coordenadora da Política Municipal de Participação Social*

Eduardo Santarelo Lucas e Karen Kristensen Medaglia Motta (estagiária) *– Equipe da Coordenação de Participação Social*

Instituto Paulo Freire

Paulo Freire *– Patrono*

Moacir Gadotti *– Presidente de Honra*

Alexandre Munck *– Diretor Administrativo-Financeiro*

Ângela Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha *– Diretores Pedagógicos*

Natália Caetano *– Coordenadora do Projeto*

Editora Instituto Paulo Freire

Janaina Abreu *– Coordenação Gráfico-Editorial*

Aline Inforsato e Izabela Roveri *– Identidade Visual, Projeto Gráfico*

Igor Arrais Padilha e Fábio Oliveira Costa (Edge Design + Comunicação) *– Diagramação e arte-final*

Moacir Gadotti, Francisca Pini, Alexandre Munck *– Revisão dos originais*

Paulo Roberto Padilha e Ângela Antunes *– Pesquisa, produção de conteúdos e revisão final*

Maria José Scardua *– Revisão de conteúdos*

Daniel Neves Montezano e Amanda Cristina Pitteri Lamas *– Colaboradores*

Sumário

Apresentação 05

Introdução (histórico, contexto do projeto, justificativa do curso e do caderno de memória) 07

Capítulo 1 - Escolha da área e o semear das sementes 09

1.1 Participação Social e Educação em Direitos Humanos no Programa de Metas 2013-2016 10

1.2 O sonho paulistano de formação continuada de conselheiros e conselheiras de direitos humanos da capital de São Paulo 12

1.3 Objeto, objetivos, metas e ações do projeto 16

1.4 O semear das sementes: sempre juntos 18

Capítulo 2 - Irrigação e cuidados com a plantação 29

2.1 Bases teórico-metodológicas do processo formativo: diálogo entre teoria e prática 30

2.2 Identidade do público participante e características das turmas: de onde viemos, quem somos, o que fazemos, o que queremos? 37

2.3 Organização participativa do currículo do curso de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social 43

2.4 Educação a distância e os Fóruns Permanentes de Diálogos 47

Capítulo 3 - Colheita e Pós-colheita 51

3.1 Cadernos de Formação, Cadernos de Orientação, Cadernos de Colegiados e Caderno do CPPO 52

3.2 Principais aprendizagens durante os cursos de formação 59

3.3 A participação social como referência para o fortalecimento dos direitos humanos na cidade de São Paulo 72

Conclusão - Fortalecendo os direitos humanos e a participação social em São Paulo 79

Apresentação

Temos a imensa satisfação de apresentar este Caderno de Memória intitulado Formação de conselheiros e conselheiras em direitos humanos e participação social, que reúne o registro das ações e realizações previstas no Termo de Convênio no 58/SMDHC/2014 entre o Instituto Paulo Freire (IPF) e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)/Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), iniciativa da sua Coordenação de Participação Social.

A finalidade do referido convênio foi contribuir para a qualificação da atuação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social, integrantes dos órgãos colegiados da SMDHC (conselhos, comitês e comissões). A atuação do IPF se deu na coordenação pedagógica dos cursos de formação inicial e continuada de forma presencial e pela plataforma de Educação a Distância (EaD) e na coordenação editorial para a publicação de 20 cadernos temáticos, informativos e formativos, dirigidos aos conselheiros da cidade de São Paulo.

Esta Memória é mais um importante produto dessa parceria. Ela registra as atividades e as aprendizagens mais significativas do que foi realizado nos 13 meses de vigência do projeto – de dezembro de 2014 a dezembro de 2015. Aqui estão registrados os diálogos permanentes entre a Coordenação de Participação Social da SMDHC/PMSP, a direção e as equipes do IPF no processo de planejamento, avaliação e replanejamento das ações, que sempre buscaram valorizar a experiência dos participantes nos seus respectivos territórios e contextos de atuação como conselheiros.

Preservar a memória significa contribuir para que os que vierem depois não necessitem começar do zero, o que facilita a ampliação das possibilidades de reinvenção do futuro. É preciso conhecer os elos que dão sentido aos acontecimentos a fim de promover a conscientização e o fortalecimento de todas as formas de luta que buscam "um outro mundo possível". As fontes de informação à disposição de todos são fundamentais para que elos e sentidos sejam construídos.

A SMDHC, tomando por base os objetivos estratégicos, as metas, os eixos temáticos e as articulações territoriais previstos no Programa de Metas 2013-2016 do Governo Fernando Haddad – que prima pela organicidade, participação social e transparência da gestão pública –, considerou fundamental a escrita desta Memória justamente pela relevância social que este projeto teve e continuará a ter. Para isso, esta Memória está disponibilizada no site da SMDHC e do IPF.

Tanto o curso de formação como as publicações fundamentaram-se no conjunto de princípios, metodologias e práticas freirianas, cujo legado tem sido difundido e trabalhado pelo IPF há 24 anos, desde a sua criação pelo próprio Paulo Freire, que, pela Lei Federal nº 12.612, de 13 de abril de 2012, foi declarado "Patrono da Educação Brasileira".

A missão do IPF é "educar para transformar". Ao longo de sua história, tem trabalhado pelo fortalecimento dos direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos (EDH) em todas as dimensões de sua atuação, sempre no combate à injustiça, à desigualdade social, cultural e a qualquer tipo de violência, discriminação, preconceito e exclusão, educando para a transformação à luz de uma nova cultura política inspirada no legado freiriano. Esse legado privilegia a escuta, o diálogo e contribui para a promoção de uma vida sustentável e mais humanizada para todas as pessoas.

Esta Memória é também uma iniciativa inédita da SMDHC, comprometida com a formação dos atuais e dos futuros conselheiros em direitos humanos. Ela vem contar um pouco da história deste projeto como um todo, somando-se à publicação dos 20 cadernos de direitos humanos já mencionados.

Enquanto persistirem a desigualdade social e qualquer tipo de violação aos direitos humanos, estaremos aqui unindo forças, experiências, sonhos e utopias para, juntos, construirmos uma São Paulo, sustentável e com justiça social, que garanta vidas mais dignas e humanizadas a todos(as) cidadãos(ãs).

São Paulo, 28 de dezembro de 2015.

Instituto Paulo Freire

Introdução

Esta Memória registra a concretização de um sonho coletivo de conselheiros e conselheiras de direitos humanos da cidade de São Paulo, do poder público e da sociedade civil: um projeto que valoriza a formação de conselheiros e que deixa como legado publicações que contribuam, no presente e no futuro, para a continuidade dessa formação na perspectiva da qualificação e ampliação da participação social.

A escuta desses diferentes segmentos foi o primeiro movimento na direção acima citada. Isso resultou, dentre outras iniciativas, no Programa de Metas 2013-2016 da Gestão Fernando Haddad, que trouxe nada menos do que 13 importantes metas relacionadas diretamente à luta pela valorização e garantia dos direitos humanos nesta cidade e, portanto, vinculada à atuação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Com base no referido Programa de Metas, foi criada a Coordenação de Participação Social da SMDHC, que promove uma escuta processual e ativa dos conselheiros de direitos humanos e da população, visando à ampliação e qualificação da participação social, por meio da qual o seu trabalho voltado à garantia dos direitos humanos em todos os cantos e recantos desta cidade começa a ganhar força. É nessa direção inicial que caminha esta Memória.

No primeiro capítulo, são apresentadas as semeaduras iniciais dessa "plantação" em favor dos direitos humanos visando à ampliação da participação social, com base na legitimidade e na legalidade de um programa de governo eleito nas urnas. Mas, nem por isso, a nova gestão contentou-se apenas com a prática da democracia representativa. Buscou fortalecer a democracia participativa, estabelecendo processos de escuta e de participação da população até chegar à versão final de seu Programa de Metas 2013-2016. Neste documento, ficaram estabelecidas as metas de cada Secretaria. A SMDHC assumiu, entre outros, o compromisso de oferecer formação aos conselheiros. Foi criado um projeto para esse fim e a instituição responsável pela formação foi o Instituto Paulo Freire (IPF), com larga experiência, em todo o país, no fomento permanente da educação como meio de promoção dos direitos humanos.

Nesse capítulo inicial, será possível conhecer o objeto do projeto desenvolvido para atender às referidas demandas, seu objetivo geral e seus objetivos específicos. Serão apresentados também detalhes da produção dos cadernos de formação, de orientação e de colegiados, todos voltados tanto à formação de conselheiros da capital quanto à informação qualificada da população sobre o trabalho daqueles.

O segundo capítulo apresenta as bases teórico-metodológicas do processo formativo: diálogo entre teoria e prática, como se deu a mobilização dos participantes dos cursos, sua identidade e características. Mostra também a definição do currículo dos cursos de formação – que aconteceu com base na Leitura do Mundo sobre os conhecimentos prévios e expectativas dos participantes –, com os principais conteúdos trabalhados, mas adequados a cada turma. Como que irrigando a terra e tendo os cuidados com a plantação, é explicada nesse capítulo a meto-

dologia freiriana de Educação a Distância (EaD) que foi utilizada em todo o processo formativo.

No terceiro capítulo, poder-se-á conhecer um pouco das lições aprendidas durante o projeto: o processo de elaboração dos cadernos – com a sinopse de cada um deles –, as principais aprendizagens acumuladas nos cursos, os depoimentos dos participantes, além de sínteses relacionadas ao processo e resultado dos cursos. Será também possível compreender como a participação social já tem contribuído para o fortalecimento dos direitos humanos na cidade durante a Gestão Fernando Haddad, que, também com este projeto, cria uma nova referencialidade formativa na cidade, por intermédio da SMDHC, contribuindo para a formação e a atuação ainda mais qualificada dos conselheiros em direitos humanos desta capital.

Ao final, será possível identificar alguns frutos dessa plantação, o que comprova que os direitos humanos são uma das principais marcas do Governo Haddad.

Capítulo 1
Escolha da área e o semear das sementes

Mascarados

"Saiu o Semeador a semear
Semeou o dia todo
e a noite o apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes.
Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que outros semearam.
Jovem, seja você esse semeador
Semeia com otimismo
Semeia com idealismo
as sementes vivas
da Paz e da Justiça."

Cora Coralina

O que mata um jardim não é o abandono. O que mata um jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferente... E assim é com a vida, você mata os sonhos que finge não ver.

Mário Quintana

Cidade de São Paulo, maior megalópole da América Latina, com todas as bonitezas e vantagens por ser um grande polo industrial, comercial e de serviços, que tem a maior economia do país, onde vivem e convivem pessoas aqui nascidas, mas que tem, na constituição da sua população, pessoas vindas das mais diferentes cidades do Brasil e do mundo. Na cidade do trabalho, aqui construíram suas histórias e nunca mais quiseram sair.

Por outro lado, trata-se de um povo que convive diariamente com um ritmo frenético, um trânsito absurdo, poluição de todos os tipos e uma vida cotidiana – por todos esses motivos – praticamente insustentável. Tudo isso é fruto de seu crescimento desorganizado e dos históricos problemas relacionados à ausência de políticas públicas efetivas, salvo exceções, que enfrentem as demandas de sua população, ávida por uma vida de qualidade que pouquíssimos possuem.

Como se não bastasse, é ainda uma cidade que convive com a desigualdade social, a exclusão cultural e, principalmente, a violação dos direitos humanos de quem nela vive ou que por ela passa. E este é um dos maiores desafios de seus governantes e de seu próprio povo: superar suas mazelas, a violência urbana e todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação, visando à garantia efetiva dos direitos humanos para todas as pessoas.

É nesse contexto que o Governo Fernando Haddad, eleito em fins de 2012, coloca-se a serviço diuturno do enfrentamento desses problemas. Nesta Memória, como já vimos anteriormente, trataremos em particular das iniciativas de sua gestão na área dos direitos humanos por conta de estarmos registrando para a história desta cidade a experiência do Projeto Formação de Conselheiros(as) em Direitos Humanos e Participação Social, promovido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) por meio de sua Coordenação de Participação Social.

Para desenvolvimento do projeto, foi estabelecido um convênio entre a SMDHC e Instituto Paulo Freire (IPF). Tratou-se de um trabalho conjunto e dialógico de planejamento, execução e avaliação processual das ações desenvolvidas, no qual foram realizados alguns ajustes em sua concretização, de acordo com as demandas prévias e com a dinâmica dos processos formativos, com base em metodologia freiriana, que é de uma formação crítica, criativa, dialógica e participativa.

Assim, neste capítulo, trataremos da concepção de participação social e de direitos humanos da atual gestão municipal, conheceremos o Programa de Metas 2013-2016 no que se refere aos direitos humanos, bem como saberemos em que consistiu o projeto entre SMDHC e IPF: o contexto de sua realização, seus objetivos, metas, metodologias e seu processo de ação na direção dos produtos previstos.

1.1 Participação Social e Educação em Direitos Humanos no Programa de Metas 2013-2016

Fernando Haddad foi eleito democraticamente no final de 2012 prefeito do município de São Paulo. Sua proposta de programa de governo já anunciava que os direitos humanos seriam uma das marcas mais importantes de sua gestão, com base nos princípios e diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) – Decreto nº 7037/2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177 de 12 de maio de 2010, e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), aprovado em 2006 e publicado em 2007 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ) e Unesco-Brasil –, frutos de amplos debates com o conjunto da sociedade brasileira, que, desde a conquista do regime democrático, acumulou reflexões para a sua composição.

É preciso observar que a orientação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é a de que a Educação em Direitos Humanos (EDH) seja promovida por meio de formação; sendo assim, todo o sistema educacional, mídia, segurança pública e educação não formal precisam assegurar diretrizes para a construção de uma educação comprometida com os princípios ético-político-pedagógicos da educação libertadora, que sejam construídos e vivenciados com base no conhecimento da realidade e em ações que concretizem esse modo de ser na sociedade.

Até o ano de 2010, o Brasil era o único país da América Latina que havia conseguido formular o PNEDH. No entanto, há um imenso desafio que é formular ações que rompam com o distanciamento entre o conhecimento sobre o significado social, pedagógico e político dos direitos humanos e a realidade social.

Outro desafio que enfrentamos na sociedade brasileira é a implementação do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), com a recém-criada Comissão da Memória e Verdade. A própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, afirma que "constitui crime inafiançável e imprescritível a

ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático". E, para surpresa da sociedade, um dos pontos mais polêmicos do PNDH3 é o referente ao direito à memória e à verdade, mais precisamente, a apuração das violações dos direitos humanos perpetradas durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e militar (1964-1985). A história e a memória resistem e trazem a verdade; e esta, a justiça.

Na trilha destas conquistas, em março de 2013, o Governo Haddad apresentou à população seu Programa de Metas 2013-2016, com cem metas associadas aos 21 objetivos e organizadas em três eixos temáticos. Após ampla consulta popular, o programa passou a ter 123 metas, articuladas em 20 objetivos e três eixos temáticos e foi apresentado oficialmente em 16 de agosto de 2013. Das 123 metas, 13 dependiam de ações da SMDHC, criada pelo Decreto Municipal nº 53.685, de 1o de janeiro de 2013, que unificou as atribuições da antiga Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP), da Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) e do Secretário Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Algumas atribuições foram realocadas em outras secretarias, e a SMDHC instituiu novas coordenações, como a de Políticas para a População em Situação de Rua, de Educação em Direitos Humanos, de Direito à Memória e à Verdade, de Políticas para Migrantes, de Políticas para Crianças e Adolescentes e da Política de Participação Social. Oficializada em 27 de maio de 2013 pela Lei Municipal nº 15.764, sua missão é aprimorar a articulação e a gestão transversal das políticas de direitos humanos e participação social na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), considerando a ocupação do espaço público pela cidadania para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à cidade, com base em dois eixos principais:

- Afirmação de direitos, incluindo a desconstrução da cultura de violência e violações, com o fortalecimento da cultura de direitos humanos e a articulação de políticas para a garantia desses direitos no município.
- Participação social como método de gestão, com a utilização de mecanismos tradicionais, como conferências e audiências públicas, e formas inovadoras, como diálogos sociais e as novas mídias.

É importante frisar que até dezembro de 2015, a maioria de cada uma das 13 metas do Programa de Metas 2013-2016 diretamente vinculadas à SMDHC (números 12, 43, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 71, 113, 115 e 117) foram alcançadas, bem como as demais[1]. Todos esses antecedentes fortaleceram a possibilidade de a SMDHC avançar também no atendimento de um sonho antigo dos conselheiros em direitos humanos da cidade, o que começou a ser efetivado em 2014, como veremos a seguir.

> "A participação social nos conselhos participativos é fundamental pois permite que os cidadãos tenham canais de diálogos. É uma forma de enxergar que ainda há problemas onde há maiores demandas, como podemos notar nas regiões mais periféricas, que ainda apresentam falta de acesso aos serviços básicos, onde ainda predomina a precariedade, muito diferente das regiões nobres, que têm acessos particularizados.."
>
> (Erika Lipa, turma 1, em comentário por meio do Diálogo na EaD, em novembro de 2015).

[1] A evolução do alcance dessas metas pode ser acessada diretamente pela população nos seguintes endereços eletrônicos: <planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas> (acesso em: 21 dez. 2015); <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=154977> (acesso em: 21 dez. 2015).

1.2 O sonho paulistano de formação continuada de conselheiros e conselheiras de direitos humanos da capital de São Paulo

Considerando os dois eixos principais da atuação da SMDHC – *afirmação de direitos e participação social* – acima citados, em 2014, foram realizadas consultas nos órgãos colegiados a fim de aprofundar o diálogo e conhecer as necessidades e expectativas de seus representantes. A primeira pesquisa foi realizada e analisada pela Secretaria-Executiva de Órgãos Colegiados da SMDHC, justamente na perspectiva da necessidade dinâmica de atualização técnica e política para a melhoria no atendimento das demandas na agenda de direitos humanos no município de São Paulo.

Esse processo de consulta inicial aconteceu durante o primeiro semestre de 2014 com os colegiados em atividade na capital paulista, levantando diferentes aspectos: as relações entre os colegiados, entre as coordenações e a SMDHC, estrutura física, comunicação de dados, subsídios, formação complementar dos conselhos e considerações importantes.

Foram disponibilizados dois tipos de questionários aos colegiados vinculados à SMDHC: um modelo individual, distribuído a todos os conselheiros; e um modelo geral, distribuído à coordenação dos colegiados. Assim, foram recebidos 49 questionários provenientes dos seis órgãos colegiados: Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual (Cmads) - atual Conselho Municipal de Políticas para LGBT; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo (Comtrae); Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em situação de Rua (Comitê PopRua); Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool (Comuda) e Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI).

A seguir, vemos a análise dos questionários da pesquisa, que aborda especificamente o conteúdo do questionário de modelo individual, distribuído a todos os conselheiros. As informações correspondem ao total de votos associados aos cinco eixos da pesquisa: Atribuições/Relação com SMDHC; Registros de Informações/Espaço Físico; Comunicação; Formação Complementar; e Itens Complementares.

Indicações quanto às preferências e às maiores demandas de cursos

Temas	Formatos	Metodologias
38 Direitos Humanos: Geral	**34%** Presencial	**65%** Participativas (dinâmicas, visitas etc.)
31 DHs: Específico	**22%** Seminários	**23%** Expositivas (apenas aula)
28 Instrumentos de Participação e de socialização de experiências	**21%** Palestras	**12%** Outros
27 Direito à Cidade	**21%** A distância	**23%** Expositivas (apenas aula)
25 Gestão Pública e Administrativa	**0 %** Outros	**12%** Outros
24 Orçamento Público Municipal		
16 PPA		
09 SICONV		
09 Informática – atualização		
03 Outros		

Como se vê, as sugestões de cursos mais voltados para instrumentos específicos e informática obtiveram votação menos expressiva. As sugestões de cursos no âmbito teórico-reflexivo (Direitos Humanos) aliadas às de gestão (Instrumentos Participativos, Gestão Pública e Orçamento) obtiveram 81% do total de votos (235 votos). Os índices também indicam que os cursos de formato presencial e de metodologia mais dinâmica são os mais indicados para a composição desse projeto. O campo "Outros", que obteve 3% dos votos, foi composto pelos temas: Ética, Ministério Público, Defensoria Pública e Meio Ambiente.

Podemos inferir que os conselheiros consideram a formação complementar um aspecto indispensável, um eixo que influencia diretamente todos os outros dessa pesquisa. A formação aperfeiçoa o conhecimento, incita a aproximação de objetivos comuns entre parceiros, melhora a comunicação, sugere instrumentos mais eficazes e pode indicar os itens mais essenciais de um processo.

A análise final da pesquisa da Secretaria-Executiva dos Órgãos Colegiados mostra a necessidade de elaborar-se um projeto de formação complementar que envolva prioritariamente contextos teórico-reflexivos e gestão pública, o que seria oportuno para o avanço do atendimento das demandas da SMDHC. E o conteúdo que indica a preferência de cursos mais dinâmicos e participativos postula um olhar mais profundo sobre as necessidades específicas de cada órgão colegiado, um diálogo mais aprofundado.

Planejamento do curso de formação entre equipes da SMDHC e do IPF, em 19/12/2014. Da esq. p/ dir.: Jonas Waks, Elisa Mara, Eduardo Santarelo, Ângela Antunes e Wagner Silva.

Na mesma perspectiva da pesquisa anterior, a Coordenação de Participação Social da SMDHC promoveu um encontro denominado DiálogosPDH/Formação de Conselheiro@sDh, realizado em 10 de julho de 2014, das 18h às 22h, no Centro Cultural São Paulo (Sala Jardel Filho), que contou com representantes dos diferentes conselhos de direitos da cidade de São Paulo. O encontro foi uma oportunidade para nova escuta e diálogo com os conselheiros presentes visando à definição futura da atualização técnica e política dos conselheiros que pertencem aos órgãos colegiados vinculados à SMDHC, o que uma é uma necessidade prioritária para a melhoria do atendimento das demandas e fortalecimento da agenda de direitos humanos do município. Assim, deu-se continuidade ao processo de consulta, com a aplicação de uma pesquisa de relacionamento em que temas importantes foram apontados como norte para a construção de um programa de formação complementar. Nesse sentido, a proposta do DiálogoSPDH/Formação de Conselheir@s/DH surgiu como possibilidade de abertura de espaço para divulgação das informações registradas no processo de consulta e para participação ativa dos realizadores da política dos colegiados de SMDHC, por meio de metodologias participativas, atualizando e ampliando as sugestões, bem como apontando prioridades e críticas.

A metodologia do encontro contou com exposição inicial das proposta de cursos de formação – pelo Grupo de Educação Fiscal do Estado (Gefe) e pela SMDHC – e consistiu na organização de grupos de trabalho com representantes de colegiados diversos, com eleição interna de um coordenador, para a organização do diálogo no grupo, e de um relator, responsável pelo registro e exposição do trabalho de discussão desenvolvido pelo grupo, ao final da atividade, com apresentação em plenária das respectivas sínteses dos diálogos e propostas.

Abrindo os trabalhos, realizou-se uma roda de conversa aberta ao público entre o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, o coordenador da Política Municipal de Participação Social, Eduardo Santarelo, e os representantes dos órgãos colegiados: Luana Cruz Bottini (coordenadora da Política para a População em Situação de Rua); Janaína Rodrigues de Lima (presidenta do Cmads); Sérgio Pinto Carneiro (presidente do CMDCA); Marina Novaes (assessora especial de Promoção do Trabalho Decente); Maria Angélica Comis (assessora especial de Política sobre Drogas); e Rubens Casado (presidente do GCMI). Em seguida, Santarelo apresentou o objetivo geral da proposta do DiálogoSPDH/Formação de Conselheir@s/DH e divulgou a análise do processo de consulta realizado pela SMDHC em seus órgãos colegiados.

Houve uma breve apresentação sobre o tema Experiências com Formação Popular feita pelo professor Paulo Roberto Padilha, representando o IPF, além das participações de Gióia Matilde Tosi e Wagner Paulo Silva, que falaram sobre as propostas de cursos de formação para conselheiros de direitos humanos, elaboradas respectivamente pelo Gefe e pela SMDHC.

O segundo momento do diálogo foi caracterizado pela realização de dinâmica, exposição e síntese das propostas elaboradas pelos grupos de trabalho e anúncio das perspectivas de continuidade do processo.

Em síntese, os grupos de trabalho apontaram diversas demandas de formação. As principais foram: uma maior necessidade na definição sobre política pública; a necessidade de trabalhar-se formações com temas relacionados à educação emancipadora e à Educação Popular, realizadas mediante metodologias participativas, como a realização de oficinas, por ser o meio mais indicado para o trabalho de formação complementar e de debates.

Várias outras sugestões foram apresentadas e registradas pela equipe da SMDHC, com destaque para o tema gestão democrática, partindo para funcionamento do conselho municipal, papel do conselheiro, controle social, políticas públicas, orçamento público, licitação e contratos e incentivos fiscais. Surgiu também a sugestão da criação de um fórum de interconselhos com o objetivo de acentuar a noção de transversalidade entre os diferentes colegiados e realizar um estudo prioritário de alguns temas – tais como orçamento público e papel do conselheiro –, bem como aprofundar o conhecimento da relação entre conselhos e licitação.

O então secretário, Rogério Sottili, abrindo o encontro no Centro Cultural Vergueiro, com Conselheiros e Conselheiras de Direitos Humanos do Município de São Paulo.

Eduardo Santarelo, coordenando o cerimonial do Encontro DiálogosSPDH/Formação de Conselheir@s-DH, em 10/7/2014.

Como conclusão dessas escutas, ficou evidente para a SMDHC que duas demandas eram fundamentais: a formação dos conselheiros em direitos humanos e publicações que contribuíssem para a socialização de informações relevantes a esses colegiados. Daí surgiu a proposta de oferecer um curso aos representantes dos órgãos colegiados vinculados à SMDHC, bem como a publicação de cadernos de informação e formação para aprofundar os seus conhecimentos relacionados aos programas nacionais e municipais de promoção dos direitos humanos, além do debate sobre teorias e práticas que envolvem os conceitos de participação social, participação popular e Educação Popular. Para tanto, firmou-se um convênio entre SMDHC e IPF, em outubro de 2014, cujo objeto, objetivos e metas serão explicitados a seguir.

1.3 Objeto, objetivos, metas e ações do projeto

O objeto do Projeto Formação de Conselheiros em Direitos Humanos e Participação Social foi a prestação de serviços de formação técnica e política de EDH, com a finalidade de contribuir para a qualificação da atuação dos conselheiros integrantes dos órgãos colegiados da SMDHC por meio de atividades presenciais, bem como a elaboração, confecção e impressão de materiais didáticos e institucionais. Na mesma direção, o objetivo geral do projeto foi trabalhar para a consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos na cidade de São Paulo.

Os objetivos específicos foram oferecer subsídios teórico-metodológicos fundamentados na pedagogia freiriana à equipe coordenadora da SMDHC para acompanhar, monitorar, avaliar e redimensionar em conjunto as ações dos órgãos colegiados; fornecer formação presencial e a distância aos conselheiros; e produzir, durante o processo formativo, publicações, materiais didáticos e a memória institucional do projeto.

Foram também definidas metas e ações relacionadas à formação inicial e continuada tanto da equipe da SMDHC como da equipe de representantes dos órgãos colegiados. Foram previstas reuniões de planejamento, avaliação e replanejamento das ações do projeto, numa perspectiva continuada e dialógica de avaliação, ressignificando as práticas sempre que necessário, com base nos objetivos do projeto e do Programa de Metas 2013-2016 da PMSP.

Reunião de planejamento das ações entre equipes do IPF e da SMDHC, em 19/12/2015. Da esq. p/ dir.: Eduardo Santarelo, Wagner P. Silva, Paulo Roberto Padilha, Jonas Waks e Elisa Mara.

Foram previstas 5 turmas de formação, com 46 horas para cada turma, assim distribuídas: 34 presenciais e 12 horas de EaD. Além dos encontros de formação, foram previstas as publicações (20 cadernos), relatórios processuais e final, materiais didáticos, subsídios teórico-metodológicos e instrumentais de avaliação ao longo do projeto, no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, contribuindo para a sistematização de toda a experiência e para o registro prático-teórico dos 13 meses de projeto.

Publicações previstas

Produção de dez Cadernos de Colegiados
Formato 19 x 27,5 cm.
12 páginas, um para cada conselho da cidade.
Capa colorida, miolo em duas cores.
3 mil exemplares para cada caderno.

Publicação de dois Cadernos de Orientação
1. Participação Social.
2. Governo Aberto.
24 páginas, capa colorida, miolo PB.
Formato 18 x 24 cm.
3 mil exemplares de cada.

Publicação do Caderno do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento
Formato 15 x 21 cm.
8 páginas miolo PB – capa PB, estilo xilogravura.
3 mil exemplares.

Produção de sete Cadernos de Formação
Formato 21 x 29,7cm.
40 páginas cada.
Reciclato, capa colorida, miolo duas cores.
3 mil exemplares de cada caderno.

Produção da Memória do curso
Elaboração de caderno de Memória, com a sistematização do processo vivido durante as formações e registros fotográficos.
Formato A4
Capa colorida, miolo PB.

Elaboração de relatórios parciais e relatório final das ações do projeto
Trata-se dos relatórios processuais mensais sobre as ações realizadas e relatório final.

Produção de certificados
Elaboração e impressão de 150 certificados.

Os objetivos, metas e ações acima previstos foram realizados processual e satisfatoriamente ao longo dos 13 meses do projeto. Ao final de cada mês, o IPF entregou relatórios analíticos de prestação das atividades desenvolvidas, que serviram de base para as reuniões presenciais da SMDHC e do IPF.

Vamos conhecer, no próximo item, como se deu a organização dos processos formativos e da produção de texto nesse projeto, já antecipando parte das características da metodologia freiriana de trabalho e formação, que, no entanto, será apresentada com mais detalhes no segundo capítulo.

Buscou-se construir um processo formativo na perspectiva participativa, democrática, dialógica, emancipatória e progressista, bem diferente de uma metodologia "bancária", na qual os participantes são considerados meros receptores de um conhecimento (conteúdo) pré-existente, independentemente dos saberes prévios, das experiências, do contexto e da cultura dos participantes do processo formativo. Foi assim que se deu o "semear das sementes" deste projeto, como veremos a seguir.

1.4 O semear das sementes: sempre juntos

Coerentes com suas histórias e práticas, SMDHC e IPF realizaram diálogos permanentes tanto no planejamento deste projeto, com base nas escutas feitas com os conselheiros de direitos humanos, já citadas anteriormente, como durante a execução das ações e a avaliação de processo e resultado. Para tanto, tiveram como princípios fundantes o diálogo crítico e permanente, procurando aguçar a percepção das demandas dos conselheiros.

Explicitou-se, desde o início, que o projeto buscava ampliar e fortalecer, na capital paulista, a participação social, bem como valorizar e garantir os direitos humanos. Para tanto, a metodologia de trabalho e do processo de ensino e aprendizagem fundamentou-se no universo de princípios político-pedagógicos freirianos, cuja semeadura do conhecimento é coletivo e exige uma postura democrática e aberta.

Foram criados espaços e tempos de convivência com base em diálogos interculturais e intertransculturais, de forma que experiências, conhecimentos e saberes dos participantes – sejam eles simbólicos, sejam sensíveis – fossem matrizes de todo o processo formativo que se seguiria. Assim, foi possível provocar os necessários intercâmbios de conhecimentos e saberes entre educadores do IPF e equipe da Participação Social da SMDHC, expandindo essa relação, posteriormente, para os conselheiros.

Observamos que essa metodologia, enquanto irrigação e cuidados com o processo de plantação/formação, que será tratada mais detalhadamente no próximo capítulo, permitiu a ocorrência do efetivo intercâmbio de conhecimentos e saberes, evidenciando aprendizagens significativas, o que comprova que a "forma" de fazer – a metodologia – é também conteúdo, da mesma maneira que o "conteúdo" também está diretamente relacionado à coerência da forma. Por exemplo, não seria possível falar de uma educação emancipadora realizando, na prática, uma "educação bancária", apenas transmissora do conhecimento, desconsiderando os conhecimentos prévios de todos os participantes. Da mesma forma, seus sonhos, utopias, desejos e expectativas também deveriam ser – e foram – sempre escutados para ajustar a própria formação às características culturais, pessoais e interpessoais de cada grupo.

Esse semear, e a maneira de fazê-lo, foram determinantes para o alcance dos objetivos e das metas do projeto. Resultou daí um aprendizado processual que aconteceu graças a uma metodologia de trabalho que tem como ponto de partida as relações humanas em todas as suas etapas – e, evidentemente, os próprios direitos humanos, relações que chamamos interculturais e intertransculturais entre todos os sujeitos participantes. Foram criados espaços de convivência onde todos se conheceram/reconheceram em suas diferentes diferenças e múltiplas semelhanças, o que aconteceu em todas as reuniões de planejamento e avaliação entre as equipes de coordenação da SMDHC e do IPF, desde o início das atividades, bem como em cada encontro de formação.

O reflexo disso foi, certamente, um clima altamente favorável à realização dos cursos com os conselheiros de nossa cidade, que estiveram também abertos a ensinar e aprender no coletivo.

É importante destacar, em termos metodológicos, que o aprendizado coletivo se refere também ao modo como cada parceiro se organizou para o cumprimento das ações previstas, respeitando as histórias, os tempos, os espaços, as experiências de cada instituição e também de cada pessoa que as representou. Felizmente, pode-se afirmar que, durante todo o trabalho realizado, a pontualidade, o espírito colaborativo, crítico e ao mesmo tempo sensível, criou todas as condições para que as atividades previstas tenham sido realizadas num clima de diálogo permanente, cuidando para que o processo de inscrição e escolha dos então futuros participantes garantisse tal participação da forma mais organizada, simples e clara possível.

Mas é preciso frisar a qualidade humana dos conselheiros, que, com disponibilidade, seriedade e alegria, souberam compreender e cumprir, com afinco, as atividades previstas anteriormente, bem como contribuir ao avaliar cada encontro de formação, o que foi determinante para melhoria da qualidade das reflexões teórico-práticas desenvolvidas.

Paulo Freire nos ensinou que no desenvolvimento de todo projeto, o fundamental é o diálogo, as relações humanas, o espírito aberto a aprender e a ensinar com cada sujeito, que, reconhecendo-se na outra pessoa, se torna mais forte, se sente mais capaz e digno e exerce criticamente a sua cidadania ativa. E, se assim ele faz, no centro dessas práticas está a valorização dos direitos humanos.

Nessa direção, foram realizadas várias reuniões entre a equipe de coordenação da SMDHC e de coordenação do IPF para que, desde o início, as demandas dos conselheiros fossem atendidas na medida do possível. Daí a necessidade de ajustarmos e aprovarmos conjuntamente o projeto inicial, por meio de vários diálogos. Cabe-nos aqui destacar apenas as principais deliberações conjuntas que marcaram a história deste projeto inédito em São Paulo, desde os seus primeiros movimentos.

Dentre os destaques, estão os cuidados relacionados às questões técnicas do convênio, a execução financeira e a prestação de contas. Assim, foi realizada reunião específica para esse fim, ainda no final de 2014, visando à lisura, à transparência e à correção tanto no aspecto pedagógico como na dimensão administrativo-financeira.

Fundamental também foi a possibilidade de a equipe do IPF escutar a equipe da SMDHC e ter acesso aos documentos-chave de experiências anteriores. Isso permitiu a adequação das ações de formação, bem como mapear e conhecer projetos e programas que estavam sendo desenvolvidos, além de saber as expectativas dos grupos da SMDHC que estiveram envolvidos direta e indiretamente no curso.

Outra característica da pedagogia freiriana que esteve presente tanto nas reuniões e diálogos iniciais e processuais com a coordenação de Participação Social da SMDHC como dos grupos de conselheiros foi o diálogo e o consenso ativo em torno dos princípios de convivência que fundamentam as relações humanas de todos os participantes.

Discussão sobre os princípios de convivência entre coordenações do IPF e da SMDHC - reunião de 19/12/2014, com a participação de Maria Jose Scardua, pela primeira vez, na sede do Instituto Paulo Freire.

Os princípios trabalhados e que permearam todo o curso foram os seguintes:

- Ter responsabilidade e compromisso ético-político com o curso e com as ações de formação.
- Dialogar de forma transparente nas intenções, ações e comunicações.
- Ter organização e clareza dos objetivos em comum.
- Ensinar e aprender na perspectiva do companheirismo, solidariedade e cooperação.
- Exercitar e buscar autonomia no processo pedagógico.
- Respeitar, valorizar e conviver com as diferenças.
- Ter compromisso com a pontualidade e com os acordos em todas as etapas do curso.
- Comprometer-se com a assiduidade no cumprimento de pelo menos 75% da jornada horária total do curso (horas presenciais e a distância).
- Participar ativamente das atividades propostas.
- Colaborar com os processos avaliativos crítico-propositivos ao participar ativamente deles.
- Reconhecer que somos seres inacabados e incompletos e compreender que aprendemos juntos.

Como movimentos iniciais do projeto, aconteceram diálogos entre IPF e SMDHC, seja em reuniões de planejamento, seja em momentos de formação da equipe da secretaria, que culminaram com a tomada de decisão conjunta sobre todo o processo de organização e mobilização das turmas e atualizações necessárias ao projeto.

Em janeiro de 2015, a Coordenação da Participação Social compartilhou com a equipe do IPF a alteração de secretário da SMDHC: Eduardo Matarazzo Suplicy assumiu e Rogério Sottili passou a ser secretário adjunto. Na mesma reunião, a equipe do IPF apresentou um conjunto de atividades a serem realizadas com base no Plano de Trabalho aprovado de forma consensual.

Posse de Suplicy, em 2/2/2015, como novo Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

A metodologia adotada no projeto, tanto no processo de formação das equipes da própria SMDHC sobre os princípios e práticas da pedagogia freiriana, com ênfase aos direitos humanos, como em relação às reuniões de planejamento e avaliação com o IPF, muito contribuiu para definições importantes no início e durante todo o projeto, permitindo diálogos dos quais resultaram decisões consensuais e ativas quanto aos processos organizativos e formativos do projeto, bem como das publicações previstas.

Em 20 de fevereiro de 2015, no período da manhã, realizou-se, por exemplo, reunião na sede da SMDHC entre representantes do IPF e da SMDHC. Pela Secretaria estiveram presentes Eduardo Santarelo, Wagner P. Silva, Maria José Scardua, Fabiane Ortiz, Tatiana Nascimento (Poka), Guilherme Nunes Pereira, Maria Lisabete Santiago, contando também com a presença do Prof. Dr. Eduardo C. B. Bittar, que é o responsável pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos da SMDHC. (CEDH/SMDHC). O objetivo desta reunião foi definir e aprofundar critérios, prazos e detalhes sobre as publicações a serem produzidas no projeto (20 cadernos), sobretudo a partir da experiência da Prefeitura Municipal de São Paulo, das especificidades relacionadas à identidade visual das publicações, ao cronograma de produção dos cadernos, com as revisões e aprovações dos textos e capas por parte da SMDHC, além da definição sobre o lançamento do projeto, mobilização de participantes para o curso de formação de conselheiros(as) em direitos humanos, definição de local dos cursos, e agenda de lançamento das publicações.

Equipe da Coordenação de Participação Social da SMDHC dialogando com o professor Eduardo Bittar, da Coordenação de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, sobre as publicações do projeto, dia 21/2/2015, na sede da Secretaria.

Ao fundo, Tatiane Nascimento (Poka), da Comunicação da SMDHC. À sua direita, Fabiane Ortiz e à frente Eduardo Santarelo, então Coordenador da Participação Social da SMDHC. Todos na reunião sobre publicações em 20/2/2015, no período da manhã.

Da esq. p/ dir.: Maria José Scardua, Tatiane Nascimento (Poka) e Fabiane Ortiz na reunião sobre publicações da SMDHC.

Explicitou-se que os critérios do processo de avaliação dialógica e, até mesmo, da certificação dos participantes do curso eram também parte do conteúdo das formações oferecidas pelo IPF, posto que, nessa concepção de educação e currículo, a avaliação é contextualizada, flexível, continuada e pautada por princípios de convivência e em padrões éticos e político-pedagógicos, como veremos a seguir. Para garantir o êxito desse processo avaliativo, todos os participantes receberam, em cada encontro, os resultados parciais e finais das avaliações realizadas no encontro anterior. Assim, as próprias avaliações puderam ser momentos de aprendizagem, o que contribuiu para o alcance dos objetivos definidos para cada unidade temática do curso, e da formação em sua totalidade.

Reunião em 20/2/2015, no IPF, com Paulo Roberto Padilha e Moacir Gadotti (IPF), além de Wagner P. Silva, Elisa Mara e Maria José Scardua (SMDHC).

Equipe da SMDHC na reunião de 20/2/2015, no IPF. Da esq. p/ dir.: Elisa Mara, Maria José Scardua e Eduardo Santarelo.

A partir da agenda comum estabelecida entre o IPF e a SMDHC, e de acordo com os tempos dos próprios colegiados de direitos humanos da capital – muitos deles eleitos no início de 2015 –, foram previstas duas turmas, a partir de abril de 2015 e, outras três turmas, a partir de agosto de 2015, para que houvesse tempo de realizar as eleições pendentes nos diferentes conselhos da cidade e de modo que os novos conselheiros pudessem participar dos cursos. Nesse sentido, para as duas primeiras turmas, o curso se deu com intervalo de um mês entre um encontro presencial e outro. Para as demais turmas, foi mais intensivo, com encontros semanais.

Quanto às certificações, os critérios para receber os certificados foram definidos com a participação da SMDHC e dos cursistas. Assim como as outras ações, também em relação às publicações, todo o processo contou com diálogos e definição conjunta entre IPF e SMDHC.

Outro importante aspecto a ser registrado nesta Memoria refere-se aos critérios de avaliação do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de formação de conselheiros. Seguindo a metodologia dialógica de planejamento, tais critérios foram apresentados pelo IPF à equipe da Coordenação de Participação Social da SMDHC e, posteriormente, validados com os próprios participantes do curso.

Para ser dialógica, a avaliação é discutida com os seus participantes e fundamenta-se na realidade cotidiana daqueles que participam do curso. Isso não dispensa, no entanto, nossa responsabilidade pedagógica em estabelecermos alguns referenciais de organização da própria avaliação. Em primeiro lugar, essa avaliação é pautada nos princípios de convivência já citados anteriormente e acordados com cada turma de formação. A avaliação realizada foi, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, ou seja, "qualiquantitativa", além de ser contextualizada e flexível, isto é, considerou sempre o contexto sociocultural dos participantes do curso e, nesse sentido, a realidade/cultura dos participantes.

Foram também avaliados, além de outros critérios definidos com os participantes, a aprendizagem específica em relação aos conteúdos trabalhados no curso, mediante trabalhos individuais e em grupo, práticos e teóricos, bem como o envolvimento de cada participante nas pesquisas orientadas, na elaboração do projeto de intervenção, na apresentação de relatórios das atividades desenvolvidas e em outras produções que foram combinadas com o próprio grupo. Também foram consideradas no processo avaliativo: a frequência; o envolvimento com o curso; a pontualidade em relação aos horários e à apresentação de trabalhos e do projeto de intervenção proposto durante o curso; o nível de prontidão, interesse, criatividade e solidariedade; a participação crítico-propositiva e de interação com o educador e demais companheiros de curso. Evidentemente, a avaliação referiu-se tanto às formações presenciais como às atividades desenvolvidas no ambiente da EaD.

Por fim, a avaliação ganhou mais sentido porque, freirianamente, a coordenação pedagógica do curso, feita pelo educador, pressupõe devolutivas processuais aos participantes sobre as avaliações realizadas ao longo do curso, o que contribui para o alcance dos objetivos definidos para cada "unidade temática" do curso, bem como para a formação considerada em sua totalidade. E, consideradas as especificidades do presente projeto de formação e, por conseguinte, dos coletivos participantes, foram oferecidos certificados pela Universitas Paulo Freire (IPF) e pela SMDHC a todos os participantes, considerando os princípios de convivência estabelecidos no início do curso, quando, inclusive, já foram informados, propostos e acordados os próprios critérios de certificação.

Com base nesses pressupostos, decidiu-se por consenso certificar os participantes dos cursos da seguinte forma:

- Certificado I: a todos que tiveram frequência igual ou superior a 75% do curso, constando o programa do curso e o título de seu "projeto de intervenção".
- Certificado II: a todos que tiveram frequência entre 50% e 75% do curso. Este certificado "parcial" apresentou o percentual de frequência do participante e o programa do curso, sem fazer referência ao "projeto de intervenção", que, neste caso, não foi realizado.
- Declaração: a todos que tiveram frequência igual ou inferior a 50% do curso. Neste caso, a pessoa recebeu uma declaração de participação, especificando a(s) temática(s) da(s) qual(is) participou.

Todo o cronograma de ações do projeto foi fechado ainda no mês de março de 2015, sendo que os principais compromissos assumidos, e cumpridos, serão explicitados de forma mais analítica no capítulo 3, item 3.1 desta Memória.

À SMDHC coube divulgar, mobilizar e realizar as inscrições a partir da primeira semana de março e compartilhar com o IPF a lista dos inscritos com os dados registrados e sistematizados. Coube ainda à SMDHC a elaboração de ementas para a produção, pela equipe do IPF, dos cadernos de formação, orientação e colegiados

Em 2 de abril, realizou-se uma reunião da equipe do IPF com o secretário Suplicy, o secretário adjunto Rogério Sottili e o então coordenador da Participação Social da SMDHC Eduardo Santarelo. Pelo IPF, estiveram presentes as diretoras pedagógicas Ângela Antunes e Francisca Pini, além da coordenadora do projeto Natália Caetano. No encontro, após contextualização feita pelo secretário sobre o andamento do projeto, tratou-se dos detalhes relacionados ao lançamento oficial do projeto, que estava previsto para 14 de abril de 2015.

Reunião entre IPF e SMDHC. Da esq. p/ dir.: Eduardo Santarello, Rogério Sotilli, Natália Caetano, Ângela Antunes, Francisca Pini e Eduardo Matarazzo Suplicy.

Lançamento do projeto – 14 de abril de 2015

O evento teve início com a intervenção de Paulo Roberto Padilha, diretor pedagógico do IPF, que apresentou canções de sua autoria relacionadas aos direitos humanos.

Paulo Roberto Padilha, na abertura do lançamento do Projeto, em 14/4/2015, cantando música "Aquilo que perdi", especialmente composta para o mesmo.

Na sequência, Maria José Scardua fez uma breve apresentação do histórico do curso, das consultas feitas inicialmente junto aos conselheiros, e do cronograma da formação. Em seguida, falou o presidente do IPF, Moacir Gadotti, destacando os princípios da pedagogia freiriana: "Temos que partir da necessidade deles, do que as pessoas vêm buscar"[...]. "Paulo Freire dava a liberdade para as pessoas mostrarem o que gostariam de aprender", disse Gadotti, que prosseguiu: "A Educação em Direitos Humanos não é neutra – nem poderia ser! [Ela] parte de uma militância para construir uma sociedade justa, igual, e não para continuarmos vivendo em uma sociedade desassociada".

O secretário adjunto Rogério Sottili manteve o mesmo tom: "E quando se expressa a cidadania? É quando vamos à rua disputar os espaços públicos e dizer que não devem ser privatizados. É lutando contra as praças gradeadas e sem bancos, concepções do tempo da ditadura", afirmou. "Cultura de direitos humanos se constrói". Sottili também elogiou, com entusiasmo, a parceria com o IPF: "Ao fazer o curso, estamos atingindo duas grandes metas: qualificar nossas políticas, mas, acima de tudo, construir uma democracia participativa".

Na mesma linha, o secretário Eduardo Suplicy reforçou a grandiosidade da parceria com o IPF e encerrou o evento retomando um conceito freiriano: "É preciso que o processo de educação não faça com que o oprimido tenha o sonho de se tornar opressor, mas tenha um caminho alternativo".

Na foto abaixo, anuncia-se no site da PMSP o discurso oficial do secretário Eduardo Suplicy no evento de lançamento do projeto, quando ele afirmou o objetivo da SMDHC e da atual gestão da prefeitura em ampliar e qualificar as formas de participação social.

Secretário Suplicy, Moacir Gadotti, e Rogério Sottili no lançamento oficial do Projeto em 14/04/2015, na sede do Edifício Martinelli, localizado no centro da capital paulista.

Participantes da solenidade de lançamento do Projeto de Formação de Conselheiros(as) em Direitos Humanos e Cidadania, em 14/4/2015.

No lançamento do curso, destacou-se que o convênio se estenderia até dezembro de 2015 e previa a formação de conselheiros municipais e a produção de 20 publicações, englobando cadernos temáticos sobre direitos humanos e materiais sobre os conselhos e comitês que atuam nessa área.

Lançamento do projeto, em 14/04/2015. Da esq. p/ dir.: Rogério Sottili, Moacir Gadotti, Eduardo Suplicy e Maria José Scardua, atual coordenadora da Política Municipal de Participação Social da SMDHC.

O processo buscou ser dialógico, numa perspectiva dinâmica e sistêmica de planejamento, que conversa permanentemente com o contexto dos grupos participantes, com suas experiências, exigências, bem como com as orientações da SMDHC. Dessa forma, quando falamos em "plantio", confirmamos a necessidade de caracterizá-lo como um efetivo semear solo fértil, que, bem preparado e cuidado, como foi o caso deste projeto, viabilizou, desde o início, a fecundidade de todas as fases do processo, o que, nem por isso, dispensou cuidados específicos nos diferentes momentos desse plantio. É o que veremos também no próximo capítulo, quando cada passo do projeto ficará ainda mais claro.

Capítulo 2
Irrigação e cuidados com a plantação

> O compromisso dos oprimidos e de seus aliados por um novo tipo de sociedade, na qual se supera a exploração do ser humano e a espoliação da Terra, revela a força política da dimensão-cuidado.
>
> **(Leonardo Boff, 2002, p.141)**[2]

Neste capítulo, serão apresentadas as bases teórico-metodológicas (freirianas) de todo o processo de construção do curso de formação de conselheiros em direitos humanos, além do trabalho do Instituto Paulo Freire (IPF) nos processos de consulta pública nas subprefeituras da capital sobre a criação da política municipal de participação social.

Este capítulo oferecerá ao leitor, também, a oportunidade de conhecer a identidade dos representantes dos vários órgãos colegiados da cidade que participaram do curso, suas origens, suas vinculações à cidade de São Paulo e os destaques relacionados às suas lutas pelos direitos humanos. Teremos também esclarecimentos sobre como foi organizada a Educação a Distância (EaD) neste projeto – numa perspectiva educacional, freiriana, e não apernas instrumental. Aqui também é trazida uma descrição sobre como foi a participação dos conselheiros no processo e, por fim, como foi definido o currículo dos cursos, sempre em diálogo permanente com os participantes, com base em escutas, avaliações e dando importância aos registros e à sistematização das experiências, que caracterizaram o projeto, contribuindo para a própria escrita desta Memória.

Por fim, veremos neste capítulo os principais depoimentos dos participantes em relação às suas aprendizagens e suas contribuições processuais para o pleno êxito dos cursos.

---

[2] Boff, L. *Saber cuidar*: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 141.

> "Humano. Antes de ser um professor, sou o Saulo, corintiano, brasileiro, católico, tímido etc. A maioria das pessoas com quem trabalhei na escola se abstinha de serem humanas, na condição de professor. Esqueciam suas crenças, seus valores, seus ideais; e repetiam o discurso (na maioria das vezes vazio de sentido, mas cheio de significados) da instituição. Não é isso que quero pra mim. [...] Precisamos readquirir o sentido do "público", vivenciá-lo, reconstruí-lo dentro e fora da escola. E para isso é imprescindível que redescubramos o sentido de justiça, que, para mim, é o que garante a existência não conflitante entre o bem-estar pessoal e o de todos"
>
> (Saulo Ferreira dos Santos Braghini).

2.1 Bases teórico-metodológicas do processo formativo: diálogo entre teoria e prática

Baseando-se na compreensão de que a nossa concepção de direitos humanos está situada numa perspectiva histórico-crítica, fundamentada nos princípios filosóficos de Paulo Freire e de outros autores, é importante refletir, antes mesmo de estabelecermos as bases teórico-metodológicas do processo formativo, sobre qual o papel dos sujeitos que estão inseridos nos órgãos colegiados responsáveis pela promoção dos direitos humanos. Afinal, o curso de formação, numa perspectiva freiriana, é forjado com eles, no sentido de que também assumam para si os desígnios de sua própria formação.

Entendemos que os conselheiros são responsáveis pelo sentido que atribuem à política pública com a população. O modo como deliberam, formulam diretrizes, agem de forma intersetorial, ou não, e traçam ações, revela as concepções de Estado, sociedade, participação e democracia. Assim, a formulação das diretrizes é fundamental para subsidiar o planejamento dialógico das ações, tendo em vista que, nessa etapa, as pessoas são incorporadas como parte constitutiva desse processo democrático.

A formação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) se faz necessária tendo em vista o caráter impulsionador do debate e da reflexão na promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos no município de São Paulo, para construir uma cultura dos direitos humanos na sociedade.

É relevante que os conselheiros aprofundem seus conhecimentos sobre Orçamento Público (OP), Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), refletindo sobre possibilidades de arrecadação e sobre a administração adequada dos recursos públicos para a promoção dos direitos humanos das pessoas que vivem no município. Eles também devem criar canais de comunicação entre os cidadãos e a câmara municipal.

A educação permanente para atuação na promoção dos direitos humanos tem sido diretriz de todas as políticas sociais públicas que visam ao fortalecimento dos espaços democráticos de participação e controle social. Assegurar a voz aos diversos sujeitos sociais é compromisso político da sociedade civil organizada e dos governos que se reconhecem como democráticos e populares. A reflexão da participação social como um direito humano e, principalmente, como um princípio que pode potencializar a intersetorialidade para a defesa e a garantia dos direitos humanos apresenta-se como transversal ao percurso da formação.

É nessa perspectiva que o IPF propõe uma metodologia de trabalho e de formação baseada na "experiência feita", nas práticas dos próprios conselheiros, para, em seguida, com eles

fundamentá-las e, até mesmo, ressignificá-las. A relação dialógica que se propõe assegura a problematização da realidade, a interação com o outro, ensejando a compreensão de seu espaço social e os desafios de uma construção que está comprometida com a efetivação de relações pautadas em valores éticos, na democracia e no exercício da cidadania ativa. Isso ocorre com base na vivência da:

- **Leitura do Mundo:** realização de momentos para identificar os conhecimentos historicamente construídos dos participantes, sua visão de mundo, expectativas e propostas de ação.
- **Tematização:** com base na experiência do grupo, em sua compreensão sobre os direitos humanos, na sua prática em torno dessa temática, nas situações significativas dos contextos de atuação, são confirmados os temas, os conteúdos e a programação do curso.
- **Problematização:** momento em que o conhecimento, a prática e o contexto dos participantes são problematizados à luz dos referenciais teórico-metodológicos do curso. Busca-se, assim, o aprofundamento teórico, da compreensão da realidade constatada, dos desafios identificados nos relatos das atividades orientadas e das propostas de intervenção sugeridas. Isso ocorre mediante perguntas que desafiam o grupo a discutir coletivamente possíveis caminhos para superar situações enfrentadas. Mais do que dar respostas, são lançados desafios e coletivamente discutidas possíveis soluções.
- **Ações de intervenção:** baseada na perspectiva freiriana, a formação busca conhecer a prática e refletir sobre ela, visando à intervenção na realidade, transformando-a para melhor. Com base na compreensão de cada temática discutida, são tomadas decisões coletivas sobre as ações para transformação da realidade (ler o mundo para transformá-lo), elencando pontos para a atuação dos conselheiros.
- **Avaliação dialógica, formativa e continuada:** busca identificar os avanços e desafios para reorientação da prática.

Outra característica marcante da metodologia freiriana, muito valorizada nos processos formativos oferecidos pelo IPF, é a definição, logo no início dos cursos, de princípios de convivência, que, ao serem explicados e dialogados com todos os participantes, estabelecem democraticamente princípios reguladores das relações durante todo o processo de ensino e aprendizagem, para que estes sejam previamente pactuados entre todos.

É importante também destacar que ao tratarmos da metodologia freiriana, utilizada tanto no processo do curso oferecido como também no contexto das reuniões de trabalho e de formação com a equipe da SMDHC, estivemos sempre falando das exigências do ensinar e do aprender. Nesse sentido, Paulo Freire se preocupa não apenas com conteúdos, nem tampouco somente com a metodologia de ensino. Para ele, "o diálogo pedagógico implica tanto o conteúdo ou objeto cognoscível em torno de que gira quanto a exposição sobre ele feita pelo educador ou educadora para os educandos"[3]. Utilizando como exemplo o próprio livro Pedagogia

[2] Freire, P. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 18.

da autonomia, o autor nos mostra a necessidade de superação dessas dicotomias, falando-nos da rigorosidade metódica da prática educativa e da relação dialética e dialógica entre ensino e pesquisa: "que-fazeres (que) se encontram um no corpo do outro"[4].

A experiência docente, nessa perspectiva, possibilita a alegria no processo pedagógico. É uma profissão, e atuação, que exige rigor e esperança, cuja alegria resulta, justamente, da busca intencional do sujeito dessa própria alegria. Para Paulo Freire, que formado em Direito se tornou educador, "o desrespeito à educação, aos educandos, aos educadores e às educadoras corrói ou deteriora em nós, de um lado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa; de outro, a alegria necessária ao que-fazer docente"[5].

Escolhemos ser educadores e educadoras porque essa atividade é compatível com o respeito que temos por nós mesmos e pelos outros. Daí que a prática educativa tem a ver com respeito e dignidade, com afetividade, com "alegria e com domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje"[6].

Uma das categorias fundantes da metodologia freiriana é a amorosidade. Para Humberto Maturana e Sima Nisis de Rezepka[7], um bom caminho para se garantir efetivas aprendizagens é investirmos na boa relação entre todos os sujeitos que, reciprocamente, ensinam e aprendem, como também nos ensinou Paulo Freire. É preciso trabalhar com base na perspectiva de que somos seres amorosos e que adoecemos quando não cultivamos a amorosidade, em qualquer idade.

Ainda nas palavras de Marutana e Rezepka, lemos que "o amor é o domínio daquelas condutas nas quais o outro surge como um legítimo outro em coexistência com alguém". (2000, p. 70)[8]. Trata-se, por exemplo, de trabalharmos, entre outras possibilidades, na perspectiva da "biologia do amor", que, segundo Maturana, faz com que tenhamos olhares de aceitação do outro na relação de alteridade que mantemos com as pessoas nos processos de formação humana permanente, ou seja, durante toda a vida.

Aceitar o outro, no sentido da formação humana, significa buscar, conjuntamente, o sentido dessa formação, incentivando a reflexão crítica sobre as práticas de todos os sujeitos envolvidos nesse processo sobre a relação que estabelecem com o mundo em que vivem, sobre o que têm feito e poderiam fazer para viabilizar e concretizar, em dimensão planetária e local, a proposta de "um outro mundo possível", de "uma outra educação possível" e, por conseguinte, de um Mundo Educador que educa em todos os cantos.

Paulo Freire também escreveu que "na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática"[9]. Esse processo implica uma ação coletiva permanente, não "aligeirada". Mas como fazer isso? Estaremos acertando o passo se, para começar, evitarmos procedimentos e processos educacionais apressados.

---

[4] Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 32.
[5] *Op. Cit.*, p. 160-161.
[6] Id., Ib.
[7] Maturana, H. & Rezepka, S. N. *Formação humana e capacitação.* Petrópolis: Vozes, 2000.
[8] Maturana, H. & Rezepka, S. N. *Formação humana e capacitação.* Petrópolis: Vozes, 2000, P. 70.
[9] *Op. Cit.*, p. 43-44.

Toda formação, na perspectiva freiriana, deve buscar conhecer os participantes, suas experiências, suas expectativas e também os contextos em que estão inseridos.

Ao resgatar a boniteza do ato educativo e sua alegria, vivenciamos um processo de busca sobre o qual também nos fala Paulo Freire. Isso nos torna mais esperançosos, mas sem espera. Significa a possibilidade de, amorosamente, cumprirmos o nosso dever de educadores, ao mesmo tempo em que, com nossa justa ira, continuamos a nossa luta política pelos nossos direitos, pelo respeito à dignidade de nossas tarefas, bem como pela busca da justiça em toda e qualquer situação que, como pessoas ou educadores, nos sintamos desafiados a enfrentar.

Para que tenhamos mais consciência e sensibilidade em relação ao nosso fazer enquanto trabalhadores em educação – e, diríamos também, enquanto conselheiros em direitos humanos –, é fundamental buscarmos a nós próprios enquanto sujeitos que aprendem e ensinam permanentemente. Somos sujeitos humanos, sociais e culturais e, portanto, precisamos conhecer os nossos educandos como tal.

É necessário, portanto, na educação e na vida, "saber cuidar". Segundo Leonardo Boff:

> [...] o que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro[10].

O cuidado deve estar presente em todas as nossas ações e relações educacionais, principalmente nos processos relacionais e formativos e, sobretudo, quando trabalhamos em busca da afirmação e garantia dos direitos humanos.

Uma outra característica importante da metodologia freiriana que foi utilizada no curso de formação de conselheiros em direitos humanos e participação social da SMDHC foi a elaboração de projeto de intervenção no processo mesmo do curso. Isso permite que toda a aprendizagem sirva como referência para que os participantes elaborem projetos para seus contextos de atuação. Como nos ensina Paulo Freire, não basta "ler o mundo", é preciso reescrevê-lo.

Os participantes foram orientados, então, a desenvolver seus projetos de intervenção, cuja elaboração serviria posteriormente para que suas propostas e ações pudessem ser implementadas no contexto em que trabalham. Evidentemente, isso exige, para além de uma aprendizagem técnica, que é o preenchimento do projeto em si, articulação política, bem como envolvimento de um coletivo de pessoas que possa colaborar na elaboração desse projeto. Como qualquer projeto, este deveria ser o futuro, mas considerar as experiências do passado e as aprendizagens e condições concretas do presente.

Para a conclusão do curso e recebimento do certificado integral, estabeleceu-se como necessária a apresentação desse projeto para as pessoas que tivessem 75% de participação, ou mais. Mesmo assim, todos os participantes foram orientados a fazê-lo, mesmo que, por motivos vários, não pudessem ter a frequência acima citada, de maneira que aproveitassem o curso para elaborarem os seus projetos. Afinal, o mais importante seriam as aprendizagens que, individual e coletivamente, todos acabariam tendo.

---

[10] Boff, L. *Saber cuidar: ética do humano* – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 13.

A orientação do IPF foi para que cada projeto fosse elaborado e coordenado pelo participante do curso. Mas, como todo projeto participativo e dialógico deve ser obra coletiva, cada participante poderia envolver outros sujeitos. O objetivo foi a construção de estratégias para o fortalecimento dos direitos humanos no contexto de atuação de cada profissional, qualquer que seja ele. Com essa proposta, cada pessoa pôde aprimorar os seus conhecimentos sobre planejamento.

Evidentemente, os projetos teriam que se fundamentar nas temáticas da formação. Para desenvolvê-los, na perspectiva freiriana, era necessário conhecer a realidade na qual eles seriam desenvolvidos. Os participantes contaram, para isso, com os procedimentos metodológicos oferecidos pelo IPF.

Basear-se na realidade. Conhecer os sujeitos, suas expectativas, suas necessidades, suas potencialidades. Convidar um grupo de pessoas, no seu contexto de trabalho, para colaborar na elaboração do projeto, desde o início, inclusive em relação à formulação e ajustes das perguntas iniciais que são objeto de conhecimento prévio. Identificar quais as demandas da realidade local e, se forem muitas, definir ações prioritárias. Planejar é também definir prioridades.

- **Perguntas iniciais:** Por que queremos fazer este projeto (objetivos)?
- **Duração e prazo:** Quanto tempo vai durar o projeto?
- **Público participante:** Qual será o público envolvido? É importante ter clareza do público, pois é preciso adequação de linguagem, metodologia etc. Quantas pessoas serão envolvidas? Observação: Identificar as pessoas que serão envolvidas tendo em vista os limites de infraestrutura (espaço, recursos materiais etc.). É importante que o conselho/entidade/secretaria/organização/movimento social envolvido possa, desde já, comprometer-se e assumir as responsabilidades com relação aos materiais a serem utilizados. Dessa forma, você terá um projeto mais exequível no futuro.
- **Ações a serem desenvolvidas:** O que será feito? Um curso de formação? Uma série de diálogos temáticos? Ações de mobilização?
- **Cronograma das ações:** qual será o passo a passo? Quais ações serão desenvolvidas e em quais prazos?
- **Recursos materiais necessários:** Qual infraestrutura e quais materiais serão necessários para o desenvolvimento das ações?
- **Recursos financeiros necessários:** Quanto custará o projeto? Quais as fontes de recursos? Com quem contar?
- **Avaliação dialógica e processual:** Quais critérios e instrumentos de avaliação serão utilizados para verificar se os objetivos estão sendo alcançados processualmente?

- **Sistematização do processo vivido:** Para realizar a sistematização de tudo o que aconteceu no projeto, é necessário assegurar o registro da Leitura do Mundo, da análise do contexto, do planejamento, das ações realizadas, dos objetivos alcançados, das dificuldades encontradas etc. Tudo o que será construído com o grupo torna-se registro. Posteriormente, realiza-se a sistematização, que é a articulação da reflexão teórica com a prática. A sistematização é importante, pois nos permite construir novos conhecimentos.

Para a elaboração do projeto, é necessário realizar a Leitura do Mundo sobre a realidade local, destacando os aspectos sociais, socioambientais, políticos, culturais e econômicos. Além disso, a instituição em que o participante trabalha ou atua pode identificar e buscar parcerias locais. Essa é uma questão que tem a ver com a capacidade de mobilização social e de recursos de cada pessoa ou coletivo de participantes, visando à concretização, em médio, curto e longo prazo, de seu projeto. Geralmente, quando falamos em curto prazo, temos um projeto com a duração de um ou dois anos; médio prazo, dois a cinco anos; e longo prazo, acima de cinco anos. Hoje é muito comum, nas políticas públicas, pensarmos em projetos decenais, prevendo, necessariamente, as suas metas e estratégias.

E quando falamos em metas, elas se referem ao alcance processual dos objetivos, definindo prazos e quantificando o alcance do esperado objetivo. Quando falamos em estratégias, trata-se de anotarmos como e quais atividades vamos desenvolver para alcançarmos as metas previstas nas suas respectivas quantidades e prazos.

O IPF ofereceu também uma estrutura básica do projeto de intervenção. Isso foi sendo processualmente explicado e acompanhado, de forma que todas as pessoas e grupos fossem orientados na sua elaboração em todo o decorrer do curso. A estrutura básica do projeto foi a seguinte:

1. Local de realização do projeto.
2. Contexto do local (Leitura do Mundo).
3. Objetivo do projeto.
4. Público participante.
5. Ações a serem desenvolvidas.
6. Metodologia a ser utilizada (definição do público participante, periodicidade do trabalho, como o trabalho será desenvolvido, duração de cada etapa, metas e estratégias de atuação/ação).
7. Cronograma de atuação e de execução do projeto.
8. Recursos humanos e materiais.
9. Avaliação processual.
10. Referência.

Como tivemos quatro grupos de formação, cada um com diferentes datas de início e conclusão, foram estabelecidos cronogramas específicos para cada grupo, mas todos obedecendo as seguintes etapas de elaboração do projeto:

1. Apresentar uma proposta inicial do projeto (com o grupo).
2. Realizar a Leitura do Mundo inicial (por exemplo, definir a instituição na qual seria desenvolvido o projeto e o local em que incidiria a proposta de intervenção); chamar os primeiros parceiros (colaboradores diretos); definir os primeiros passos; definir uma agenda de trabalho para esboço coletivo do próprio projeto.
3. Trazer o primeiro esboço do projeto para apresentação na formação.
4. Discutir com o grupo a atualização do projeto e participar das atividades da EaD. Depois disso, continuar o diálogo no ambiente virtual com a equipe do IPF para a resolução de dúvidas.
5. Apresentar versão atualizada do projeto em um seminário de socialização de projetos de intervenção no encontro de formação.
6. Apresentar versão final do projeto e socializá-la com o seu grupo de formação.
7. Apresentação do projeto no encontro de encerramento do curso, realizado em novembro de 2015, em encontro com todas as turmas de formação.

"Sou Cícero Ivanilson Silva Gonçalves, nascido em janeiro de 2000 (15 anos), na cidade de Crato (região sul) do estado do Ceará. Cresci perto dos meus avós maternos, que são agricultores e atuam no sindicato dos trabalhadores rurais e na associação comunitária de base. Desde pequeno vejo a luta e o engajamento de minha família no âmbito dos diretos básicos, e isso me cativou e incentivou. No fim de 2012, vim morar em São Paulo e procurei o mais rápido possível conseguir vaga numa escola. Depois de algumas semanas (que pareciam meses), ingressei na Emef Professora Marili Dias, onde, depois de muito esforço para me adequar, também consegui que ela se adequasse a mim, lutando pela aceitação da minha origem e do meu comportamento"

(Cícero Ivanilson Silva Gonçalves).

2.2 Identidade do público participante e características das turmas: de onde viemos, quem somos, o que fazemos, o que queremos?

Na metodologia freiriana, é fundamental, durante todo o processo de formação, conhecermos os participantes dos cursos. Essa é uma etapa essencial para o reconhecimento dos saberes prévios dos participantes. É nesse sentido que se pode falar numa perspectiva intertranscultural de formação. Isso permite que o horizonte de conteúdos programáticos de um determinado curso seja ampliado para além da dimensão científica. Portanto, deve-se iniciar a formação pelo reconhecimento das histórias de vida e da cultura de cada pessoa.

Nesse sentido,

> [...] ao trabalharmos na perspectiva da intertransculturalidade, os nossos pontos de partida não são exatamente as disciplinas, as áreas do conhecimento ou as ciências. Os nossos pontos de partida são as pessoas, os coletivos humanos e as relações que eles estabelecem entre si e com o mundo em que vivem. Portanto, começamos o processo educacional, na perspectiva da educação intertranscultural, pelo reconhecimento das histórias de vida, das culturas e das identidades, semelhanças e diferenças culturais entre as pessoas. As relações humanas é o que nos interessa no início do processo pedagógico, justamente porque se trata de educar para a convivência, para as inter-relações e para as interconexões entre as pessoas e entre elas com o planeta, nas suas mais complexas, mais singelas, virtuais e dinâmicas dimensões[11].

Como afirma Paulo Freire, não é possível pensarmos em algum projeto ou em algum processo formativo sem nos basearmos no contexto e na cultura das pessoas que dele participam. Portanto, foi fundamental mapearmos os saberes prévios, culturas, expectativas, sonhos e utopias dos conselheiros. Para tanto, logo no início, trabalhou-se para que fosse possível conhecer a identidade do público participante e as características de cada turma: de onde vieram, quem são, o que farão, o que querem, quais as suas expectativas. Foi assim que, devidamente orientados, os participantes foram solicitados a preencher alguns formulários que intitulamos de "Leitura do Mundo", para levantar suas experiências pessoais, profissionais, seus conhecimentos em informática. Além disso, fizeram uma autoidentificação ou apresentação cultural por meio da produção plástica individual de um "crachá cultural" pelo qual foi possível socializar – primeiramente em duplas; posteriormente, para todo o grupo – informações relacionadas aos "autorretratos". Assim, desenhos, esculturas, símbolos e palavras foram utilizados para "traduzir" a pessoa para os demais participantes. Com criatividade, cada um apresentou as características de sua terra natal e as marcas de sua cultura de origem.

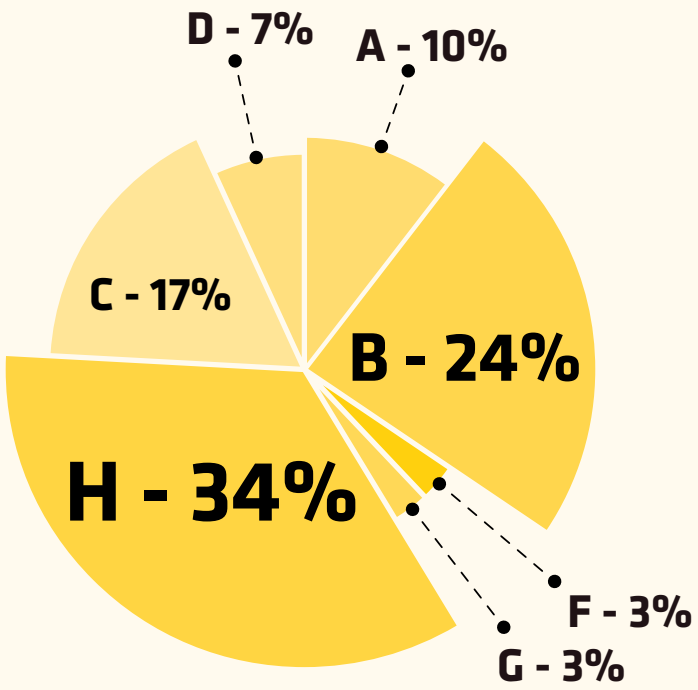
---

[11] Padilha, P. R. *Educar em todos os cantos*: *reflexões e canções por uma educação intertranscultural.* São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012, p. 220-221.

Dessa forma, foram levantadas informações sobre a experiência dos participantes como conselheiros em direitos humanos, suas expectativas em relação ao curso, dentre várias outras informações. Só para darmos um exemplo das várias pesquisas que foram produzidas ao longo do projeto, apresentamos a seguir os gráficos com os principais colegiados que estiveram representados no curso de cada uma das quatro turmas.

Turma 1

Conselho ao qual está vinculado



- A Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
- B Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI
- C Conselho Municipal de Políticas de Atenção às Drogas - COMUDA
- D Conselho Municipal de Juventude - COMJUVE
- E Conselho Municipal de Políticas para LGBT - CMLGBT
- F Comitê Intersetorial da Política da População em Situação de Rua
- G Comissão Municipal da Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE
- H Outro colegiado? Qual?
- I Não Responderam essa pergunta

Outro colegiado ou instituição ao qual está vinculado: Qual?

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

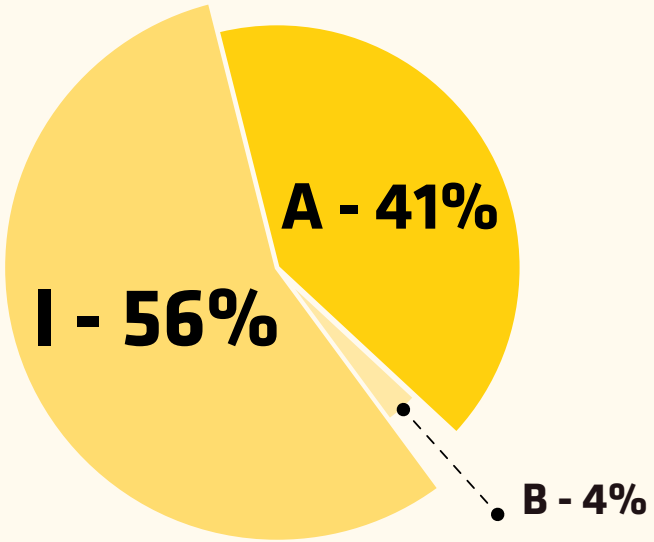
Associação União da Juta

Família Stronger

Cades/Peti/Juventude Viva

Turma 2

Conselho ao qual está vinculado



- A Conselho dos Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE
- B Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
- C Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI
- D Conselho Municipal de Políticas de Atenção às Drogas - COMUDA
- E Conselho Municipal de Juventude - COMJUVE
- F Conselho Municipal de Políticas para LGBT - CMLGBT
- G Comitê Intersetorial da Política da População em Situação de Rua
- H Comissão Municipal da Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE
- I Outro colegiado? Qual?
- J Não Responderam essa pergunta

Outro colegiado ou instituição ao qual está vinculado: Qual?

Conselho da Cidade – Imigrante – PAL – Presença da América Latina

Obra Social Dom Bosco

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Coordenadoria de Participação Social – SMDHC

GCMI

Moradia

Pastoral da Juventude

CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante

CPM, CMP, Associação São Judas Tadeu, Associação Piracuama

UBS Vila Prudente

Conselho Participativo Municipal – sub Campo Limpo

Conselho Participativo Municipal – Pinheiros

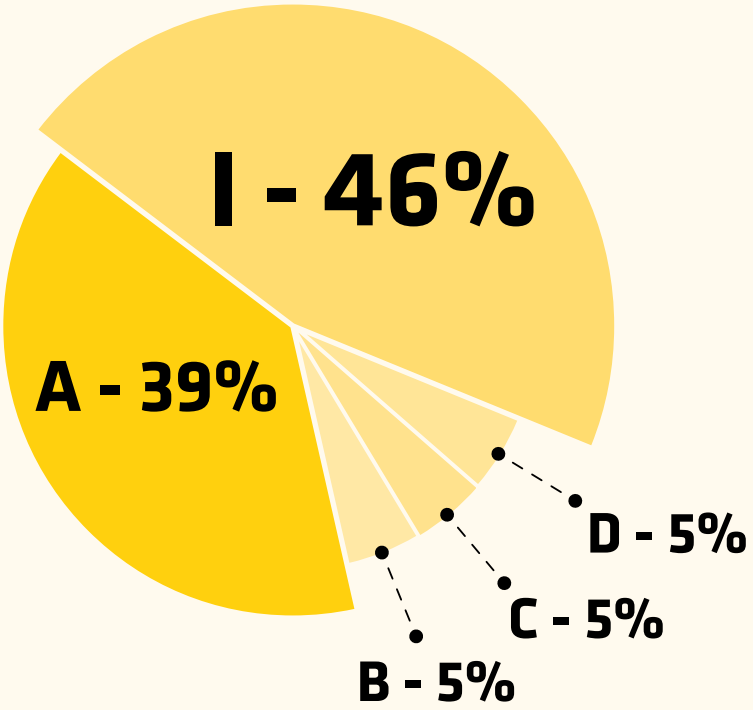
Ágape Philos – Instituto de Apoio ao Crescimento e Desenvolvimento Infantojuvenil

Conselho Participativo Municipal Imigrantes

Conselho da supervisão Itaquera – violência

Turma 3

Conselho ao qual está vinculado



- A Conselho dos Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE
- B Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
- C Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI
- D Conselho Municipal de Políticas de Atenção às Drogas - COMUDA
- E Conselho Municipal de Juventude - COMJUVE
- F Conselho Municipal de Políticas para LGBT - CMLGBT
- G Comitê Intersetorial da Política da População em Situação de Rua
- H Comissão Municipal da Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE
- I Outro colegiado? Qual?
- J Não Responderam essa pergunta

Outro colegiado ou instituição ao qual está vinculado: Qual?

Movimento Popular

Conselho Participativo Municipal

Conselho Gestor de Saúde 3

Movimento de Cultura

Movimento Fábrica de Cimento (Educação Popular)

Colegiado DREPJ – DOT

GT Educação em Direitos Humanos – DREPJ

Conselho de Moradia

Educaomunicação – Movimento de Direitos Humanos

Ceu Anhanguera

Cades – Lapa (Sociedade Civil)

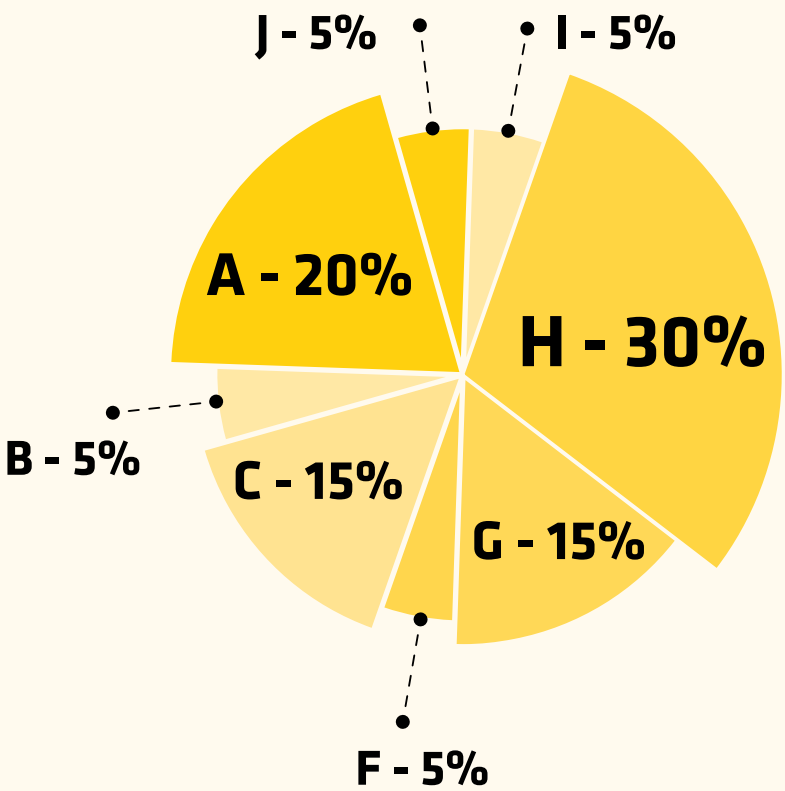
Associação Mães Únicas

Conselho de Escola

Conselho Participativo Municipal

Turma 4

Conselho ao qual está vinculado



- A Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
- B Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI
- C Conselho Municipal de Políticas de Atenção às Drogas - COMUDA
- D Conselho Municipal de Juventude - COMJUVE
- E Conselho Municipal de Políticas para LGBT - CMLGBT
- F Comitê Intersetorial da Política da População em Situação de Rua
- G Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE
- H Outro colegiado? Qual?
- I Não Responderam essa pergunta
- J Responderam mais de uma alternativa

Outro colegiado ou instituição ao qual está vinculado: Qual?

Conselho Participativo

Conselho da Supervisão Técnica de Saúde de Pirituba/Perus

Emigrantes

Conselho Participativo Municipal/Município distrital

Conselho Participativo

Conselhos Participativo/Trabalhador

Rede de Proteção do Direito da Pessoa Idosa (RPDI)

Professores

Subprefeitura Pirituba – Jaraguá

Conselho Participativo Municipal

Conselho Municipal Participativo/Conselho Gestor da Supervisão Técnica de Saúde.

Indígena

Fórum da Saúde

Também realizamos a Leitura do Mundo em relação aos conhecimentos de informática dos participantes, até para que tivéssemos uma dimensão precisa sobre esse dado, uma vez que no curso foram previstas e realizadas atividades de EaD. No geral, a maioria dos participantes possuía acesso a um computador e à informática, principalmente nos seus locais de trabalho, e faziam diferentes usos desse acesso. A maioria já acessava a internet todos os dias, o que facilitou o trabalho em EaD.

Os participantes, desde o primeiro encontro, foram envolvidos na definição dos princípios de convivência de suas turmas, oferecendo sugestões que em muito contribuíram para o desenvolvimento do curso. Este foi realizado num clima participativo, democrático e dialógico, sempre valorizando o acolhimento, o respeito à fala de cada pessoa, a alegria, o tratamento igualitário, a pontualidade, a harmonia, a compreensão, entre outros aspectos.

Como vimos, é fundamental conhecermos um pouco da história, das expectativas, do que as pessoas têm a oferecer para o curso, entre outras características identitárias captadas nos crachás culturais e nas apresentações individuais. Isso serve não apenas para valorizarmos as identidades dos participantes, o que já é fundamental, mas também para criarmos espaços de intercâmbio cultural, o que sempre favorece o diálogo, o conhecimento do grupo, e fortalece o espírito de grupo e o cumprimento coletivo dos princípios de convivência, de forma consensual.

A seguir, falaremos um pouco sobre o currículo do curso de formação de conselheiros em direitos humanos e participação social.

> "Podemos não ter dinheiro, mas temos muitas histórias pra contar e estamos colhendo muitos frutos das intervenções que realizamos, ou seja, 'memória se faz na história, relatos do conhecer, dos fatos brotam a vida de mulheres e homens, NOVO AMANHECER'"
>
> (Ana Maria de Paula Silva)

2.3 Organização participativa do currículo do curso de formação de conselheiros em direitos humanos e participação social

A pergunta inicial que nos cabe esclarecer é: o que faz parte do currículo de um curso de formação de conselheiros em direitos humanos e participação social?

A metodologia da Leitura do Mundo, segundo Paulo Freire, permite pesquisar o universo de conhecimentos dos estudantes para, com base nele, definir o currículo de um determinado curso, uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, torna-se possível realizar estudos relacionados a uma visão de totalidade do conhecimento, porque situações significativas são desveladas pela própria comunidade e pelos partícipes do curso no processo de investigação da realidade. Isso permite definir Temas Geradores de toda a ação curricular, ampliando, assim, o universo cultural dos participantes.

Mesmo sem nos dedicarmos especificamente a uma análise mais aprofundada do significado da palavra "currículo", é de certa forma simples respondermos à pergunta acima, tendo por referência a perspectiva freiriana. Como vimos até aqui: o currículo é o conjunto de conhecimentos, saberes, fazeres, textos, contextos e metacontextos, relações e inter-relações, que são significativos num processo de ensino e aprendizagem. Assim, garante-se a todas as pessoas que participam de um determinado processo formativo possam apropriar-se, com base nas suas experiências, conhecimentos prévios e culturas do que ali foi tratado, bem como contribuir no processo de planejamento, execução e avaliação de tudo o que se pretendeu ensinar e aprender (Padilha, 2004; 2007; 2012).

Se nos perguntarmos sobre qual seria o currículo dos cursos de formação de conselheiros em direitos humanos e participação social, podemos considerar, a partir do que até aqui pudemos registrar, que este currículo é composto, primeiramente, pelo conjunto de temáticas e temas demandados pelos conselheiros(as) nas consultas prévias realizadas pela SMDHC nos anos de 2013 e 2014. Em segundo lugar, pelos princípios e diretrizes relacionados aos direitos humanos, presentes no Programa de Metas 2013-2016 da Gestão Haddad e, em terceiro lugar, no levantamento sistemático de experiências, conhecimentos, saberes e expectativas dos participantes, realizado por meio da Leitura do Mundo. Ademais, a legislação relacionada ao tema, a legislação e os conhecimentos históricos desta área, completam o currículo do curso. E, evidentemente, as vivências relacionais, dialógicas, participativas, as dinâmicas de grupo, as convivências críticas e criativas, os princípios de convivência e os textos trabalhados, por meio de diferentes metodologias - envolvendo o planejamento, a execução e a avaliação das ações e do processo de ensino e aprendizagem, compuseram a nossa matriz curricular.

Um importante conteúdo trabalhado no curso de formação foram os princípios ético-político-pedagógicos e filosóficos da obra e do pensamento de Paulo Freire. Nesse sentido, consideramos pertinente registrarmos nesta Memória alguns desses fundamentos, que permearam, inclusive, todo o processo formativo. Para tanto, destacamos a seguir trechos do texto do professor Moacir Gadotti intitulado "Contribuição de Paulo Freire ao paradigma da Educação Popular (Mímeo, 2012), que foi trabalhado com os participantes do curso. O texto contribui para uma reflexão aprofundada sobre as características marcantes da pedagogia freiriana – um conteúdo fundamental quando falamos em educação, sobretudo uma educação em direitos humanos e cidadania:

Teoria e Método em Paulo Freire*

Moacir Gadotti

Uma das características mais importantes da obra de Paulo Freire é a sua coerência entre teoria e método, teoria e prática, conteúdo e forma. Eles são inseparáveis como o ato de aprender e de ensinar são atos inseparáveis. Essa coerência se estabelece também porque a sua teoria do conhecimento está fundamentada, como vimos, numa Antropologia. É dessa estreita ligação que surgem suas principais categorias e conceitos que articulam seu pensamento, tais como: oprimido, práxis, curiosidade, diálogo, utopia, autonomia, politicidade, criticidade, conectividade, conscientização, emancipação, inédito viável, círculo de cultura, dodicência, futuridade etc.

Para Paulo Freire, a questão do método é fundamental no ato educativo: quando utilizamos determinado método, que não é neutro, o fazemos com base numa escolha ético-política e pedagógica. Nesse sentido, o próprio método escolhido já carrega em sua história uma teoria que o fundamenta e determinados princípios e valores.

Numa concepção "tradicional" de educação e de currículo, o principal método de ensino é a transmissão de conteúdos por parte do professor, aos alunos, já criticada por Paulo Freire, desde os anos de 1960, como "bancária". Etimologicamente, "método" significa "caminho" que o professor deverá seguir para alcançar determinado fim, que, na educação tradicional visa a manter alunos como aprendizes, professores como ensinantes e a escola como instituição de transmissão de conhecimentos historicamente acumulados.

Em outra direção se apresentam as pedagogias emancipatórias, como a pedagogia do oprimido, ou da esperança, formuladas por Paulo Freire, que propõem métodos participativos e democráticos, nos quais alunos e professores são o centro do processo de ensino e aprendizagem. Decorrente desta concepção de educação, temos, como exemplo, o método da "pesquisa participante", na qual todos os sujeitos do processo aprendem e pesquisam juntos, ensinam e aprendem ao fazê-lo, pois, diferentemente dos métodos da educação tradicional, consideram as pessoas sujeitos de sua própria aprendizagem.

Tanto nas suas falas quanto nos seus escritos, Paulo Freire era muito rigoroso na exposição, na forma com que arranjava seus conceitos e categorias, ao falar e escrever. Sua análise e expressão era rigorosamente científica, seguindo os passos de um de seus mestres, Álvaro Vieira Pinto (1969).

Uma teoria quando bem estruturada expressa-se em conceitos e categoriais que, de certa forma, amarram todo um texto ou uma fala, e, no caso de Paulo Freire, toda a sua obra. Descobrir esses conceitos e categorizá-los nos dá uma ideia mais geral de como eles se articulam num todo orgânico. O trabalho dos conceitos na análise de um autor é muito importante.

É por isso que atrevo-me a apresentar um quadro sinótico, estabelecendo uma comparação entre sua antropologia, com sua teoria do conhecimento, sua pedagogia e seu método, como podemos ver pelo quadro ao lado.

ANTROPOLOGIA	TEORIA DO CONHECIMENTO	PEDAGOGIA	MÉTODO
Ser humano: ser-no-mundo, do mundo, um ser curioso, programado para aprender	Ler o mundo (estudo da realidade): todos podem aprender e ensinar (legitimidade do saber popular), curiosidade.	A pedagogia é um guia na construção do sonho; a leitura do mundo precede a leitura da palavra: utopia e cotidiano.	Investigação temática: partir da realidade; teorizar a prática; universo vocabular: palavras e temas geradores.
Ser inacabado (precisa aprender), incompleto (precisa do outro), inconcluso (precisa de sentido).	Compartilhar a leitura do mundo (critério de verdade/validade); o conhecimento, ato histórico, gnosiológico, lógico e dialógico.	A educação, ato dialógico, rigoroso, intuitivo, imaginativo, afetivo; planejamento participativo, gestão democrática, pesquisa participante; politicidade e conectividade.	Tematização (trabalho coletivo): professor e aluno codificam e decodificam os temas da investigação; tomada de consciência do mundo vivido.
Ser da práxis: social (agir comunicativo) e produtiva (trabalho, cultura); a ética como referencial central da vida e da construção democrática.	Reconstruir o mundo lido e compartilhado: aplicação do conhecimento; ciência aberta às necessidades populares.	Educar é ler o mundo para poder transformá-lo; impregnar de sentido cada ato da vida cotidiana; educação como prática da liberdade.	Problematização: superação da visão ingênua por uma visão crítica do mundo; transformação do contexto vivido; práxis transformadora.

(*) *Do texto* "Contribuição de Paulo Freire ao Paradigma da Educação Popular", de Moacir Gadotti, 2012. (mímeo).

A dimensão temporal do currículo do curso foi a mesma para todas as turmas, ou seja, dez encontros presenciais, sendo dez horas dedicadas à Leitura do Mundo e à formação inicial, mais 24 horas de formação continuada, mais 12 horas de EaD durante a formação continuada, totalizando 46 horas de curso por turma, conforme quadro abaixo que apresenta sinteticamente os encontros e a totalização de horas de cada turma, incluindo as atividades presenciais e a distância.

Encontros e total de horas de formação									
Leitura do Mundo Formação inicial			Formação continuada						
1ºEnc	2ºEnc	3ºEnc	1ºEnc	2ºEnc	3ºEnc	4ºEnc	5ºEnc	6ºEnc	7ºEnc
3h	3h30	3h30	3h30	3h30	3h30	3h30	3h30	3h30	3h30
			2h	2h	2h	2h	2h	2h	2h
10h presenciais			24h presenciais + 12h a distância = 36h						
Total de horas = 46 horas por turma									

Os períodos de realização dos cursos foram os seguintes (todos no ano de 2015):

- Turma 1: de 14 de abril a 10 de novembro (encontros mensais);
- Turma 2: de 9 de maio a 14 de novembro (encontros mensais);
- Turma 3: de 23 de setembro a 25 de novembro (encontros semanais);
- Turma 4: de 23 de setembro a 25 de novembro (encontros semanais).

Foi considerando a referida matriz curricular que o Instituto Paulo Freire elaborou a programação inicial do curso, em diálogo com a SMDHC. De tal processo originaram-se conteúdos gerais e específicos para cada turma, abaixo elencados:

Conteúdos propostos a todas as turmas:

- Princípios ético-político-filosóficos da pedagogia freiriana.
- Subsídios teórico-metodológicos freirianos.
- Participação Social, Participação Popular e Educação Popular (MREP).
- Educação Popular como Educação em Direitos Humanos.
- Orientações sobre Projetos de Intervenção.
- PNDH-3 e PNEDH.
- Coordenadorias e política municipal de Direitos Humanos em São Paulo.
- O que são os Conselhos e os Comitês de Direitos Humanos? História, fundamentos, práticas, estrutura e objetivos.
- Orientações sobre Projetos de Intervenção – momento 2/3.
- Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais no Município de São Paulo: da criança, do adolescente, da juventude, do adulto, do idoso, da população em situação de rua com enfoque na: Educação em Direitos Humanos, Política de Saúde, Assistência Social Educação, Habitação, Cultura, Esporte e Lazer.
- Sistema de Garantia de direitos, Orçamento Público, PPA e LDO, Direito à Memória e à Verdade.
- Orientações sobre Projetos de Intervenção – momento 3/3.
- Subsídios teórico-práticos, na perspectiva freiriana, para a atuação da SMDHC, dos Conselhos e dos Comitês de Direitos Humanos na Cidade de São Paulo.
- Apresentação dos Projetos de Intervenção pelos participantes.
- Encerramento do curso e Confraternização.

Nos três primeiros encontros do curso, dedicados à Leitura do Mundo e à Formação Inicial, depois de conhecer o grupo, as suas expectativas, e após terem sido definidos os Princípios de Convivência, a versão inicial da programação da educação continuada foi apresentada a cada turma.

O Instituto Paulo Freire recebeu diversas contribuições dos(as) cursistas no sentido dar destaque a alguns dos temas acima listados, bem como sugestões que contribuíssem, no geral, para a construção, por parte dos conselheiros em direitos humanos, de um trabalho fundamentado na perspectiva dos direitos humanos, vinculado às metodologias freirianas e da educação popular. Apresentaram sugestões relacionadas ao necessário engajamento social, à participação social e aos

direitos humanos. Houve grande interesse em se levantar referências teórico-práticas para o melhor desenvolvimento da função de conselheiros, entre destaques a temas específicos relacionados à realidade e ao cotidiano da atuação dos conselheiros(as) na cidade de São Paulo, bem como a temas específicos de interesse dos participantes. Todas as contribuições foram organizadas pela equipe de docentes do IPF e distribuídas em cada um dos sete encontros de educação continuada, de forma que as expectativas dos cursistas pudessem ser contempladas na programação. O resultado deste diálogo foi muito positivo, pois considerou, em todos os encontros presenciais e também nos encontros da educação a distância, o atendimento das sugestões, demandas e expectativas dos participantes das quatro turmas formadas para o curso.

E, como dissemos antes, a cada encontro, os participantes avaliaram as atividades realizadas e puderam contribuir com a melhoria do processo formativo, retroalimentando-o, o que permitiu aprofundamentos, retomadas de estudos e, sobretudo, um aprendizado coletivo, respeitando-se as condições concretas de cada grupo, o número de horas previstas e as possibilidades efetivas do nosso contexto. Nesse sentido e considerando todos os processos avaliativos dialógicos e continuados realizados, conforme demonstrados nos relatórios mensais do projeto, o curso foi avaliado de forma plenamente satisfatória pelos participantes.

2.4 Educação a distância e os Fóruns permanentes de diálogos

A Plataforma EaD Paulo Freire é um ambiente virtual de ensino-aprendizagem, utilizada no curso de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social. As ações no ambiente EaD tiveram início paralelamente aos encontros de formação continuada. As atividades virtuais propostas tiveram como objetivo central o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os participantes por meio das ações de reflexão e discussão presentes no ambiente. Para tanto, foram criados os seguintes fóruns e atividades:

Organização do Ambiente EaD

FÓRUM - Projetos de Intervenção

Fórum para discussão e esclarecimento de dúvidas entre cursistas e educadores(as) do IPF. O Projeto de Intervenção, como vimos anteriormente, é um projeto cuja elaboração foi coordenada pelo educando, no contexto do curso de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social, mas que serviu também para que, posteriormente, as propostas e ações do mesmo possam ser implementadas e, possivelmente, implantadas no contexto do conselho/organização/comunidade com a qual o participante trabalha ou no qual ele atua. Para a elaboração do mesmo, houve orientação processual pela equipe do Instituto Paulo Freire durante a formação continuada, em especial nas horas de acompanhamento a distância.

FÓRUM - Trocando Saberes

Fórum por meio do qual os (as) educandos (as) compartilharam dicas de filme, livros etc.

FÓRUM de Apresentação

Este foi um espaço para os cursistas se apresentarem: nome, profissão, cidade de origem, conselho em que atua, um resumo da atividade do crachá cultural.

FÓRUM Cadernos dos Conselhos

Fórum aberto para contribuições dos participantes à versão preliminar contendo formato e estrutura dos dez Cadernos dos Conselhos, Comitês e Comissões.

DIÁLOGOS

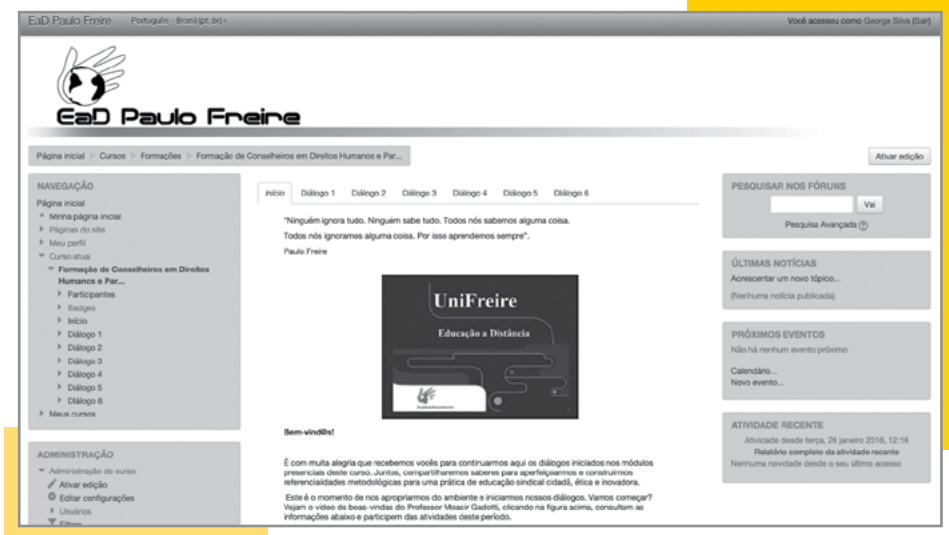
Momentos de reflexão e troca entre os participantes sobre os temas debatidos nos encontros formativos. Cada diálogo contou com dois momentos de discussão, um antes e um após o encontro presencial. Nos diálogos os cursistas eram motivados a discutir, a partir das leituras e das discussões em grupo, acontecimentos recentes no país e na cidade de São Paulo que dialogam diretamente com o tema proposto.

Biblioteca

Local onde estão armazenados os arquivos do curso para cada turma. Os arquivos estão organizados por encontro e em cada uma das pastas criadas é possível ter acesso ao registro fotográfico realizado durante as formações, às devolutivas das avaliações, textos utilizados, documento contendo orientações para os projetos de intervenção, entre outros.

Plataforma virtual da EaD do IPF.

Ambiente do curso de EaD.



Atividades Desenvolvidas

Foram, ao longo do curso, realizadas 12 horas no ambiente EaD. Cada participante foi convidado a participar dos fóruns de Apresentação, Trocando Saberes e Projetos de Intervenção, além de ter acesso à Biblioteca do curso e ter participado dos seis diálogos propostos para conclusão da jornada horária proposta no curso. Dentre as várias atividades desenvolvidas, foi realizada a Leitura do Mundo sobre Conhecimentos de Informática com o objetivo de conhecer melhor as características dos 4 grupos de formação, suas experiências, suas práticas, suas dificuldades, potencialidades, desafios, expectativas em relação ao curso e sobre seus conhecimentos de informática e Internet.

No geral, a Leitura do Mundo revelou que a grande maioria (em média 90%) dos participantes conseguiam utilizar o computador sozinhos e possuíam experiência e facilidade com equipamentos de informática. Na média, apenas 5% dos participantes necessitavam da ajuda de outra pessoa para acessar ao computador e à Internet.

Para que, desde o início, os participantes pudessem se sentir familiarizados com a plataforma, num dos encontros presenciais foi oferecida formação sobre o ambiente EaD, sua estrutura, funcionamento, e forma apresentados os documentos lá disponíveis (fotos do lançamento, apresentação do curso, apresentação das atividades previstas e realizadas no início do curso presencial, documento contendo os Princípios de Convivência, Textos do curso, Devolutivas das avaliações e da Leitura do Mundo, Termo de Compromisso, Autorização de Imagem, Quadro de Frequência, Critérios de Participação e de Certificação). Os cursistas foram também monitorados e acompanhados a distância pelo coordenador da TI e pela equipe de docentes do IPF, para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à plataforma virtual, sobre seus registros iniciais como usuários e intervenções permanentes como participantes do curso.

Houve também orientações presenciais e a distância, aos participantes, nos encontros de formação continuada, retomando detalhes do funcionamento da plataforma EaD, passo a passo, desde a apresentação do vídeo em que o professor Moacir Gadotti dá as boas-vindas, às explicações básicas sobre como logar, exibir foto do perfil, postar textos etc.

A plataforma de EaD permitiu uma aproximação constante entre os(as) conselheiros(as) e os docentes do IPF, superando a dimensão puramente instrumental de um processo de educação a distância e agregando uma qualidade sociocultural à formação sobre direitos humanos. Isso permitiu o diálogo permanente entre os sujeitos participantes, o acesso a todos os textos e documentos disponibilizados e utilizados no curso e, ainda, que cada participante pudesse se comunicar também diretamente com os educadores responsáveis pela turma, qualificando assim o processo de formação e ampliando a interação entre todos.

Importante esclarecer que o acesso à Plataforma foi restrito aos participantes do curso, o que também contribuiu para nível de confiança recíproco, de todos(as), na utilização desta plataforma virtual.

Avanços, dificuldade e desafios

Durante todo este percurso, podemos destacar como um fator positivo o desejo dos participantes em interagir no ambiente EaD. Apesar de a maioria ter dito, no início do curso, que tinham conhecimento de informática, para muitos, foi a primeira experiência de EaD. As pessoas que apresentaram dificuldade de acessar o ambiente EaD, o IPF criou outras possibilidades de participação, enviando e-mails, entregando instrumentais impressos com as atividades a serem feitas de um encontro para outro.

Durante o curso, o IPF enviava e-mails aos participantes, informando sobre a abertura dos Fóruns e sobre o material disponibilizado na Plataforma, no intervalo entre os encontros presenciais.

Buscando também ampliar mais a participação dos cursistas no ambiente EaD, foram realizados vários contatos telefônicos diretos com os cursistas, por exemplo, confirmando suas presenças nos encontros de formação continuada presencial, bem como nas outras atividades presenciais e virtuais do curso. Apesar de algumas dificuldades, entendidas como desafios, consideramos que a interação na plataforma EaD, neste curso, foi muito positiva, assim contribuindo, satisfatoriamente, para o alcance dos objetivos e metas do projeto, também nessa dimensão.

Capítulo 3
Colheita e Pós-Colheita

Podemos escolher o que plantar,
mas somos obrigados a colher
o que semeamos.

(Provérbio Chinês)

Os Estatutos do Homem

Artigo I
Fica decretado que agora vale a verdade.
agora vale a vida, e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira. (...).

(Thiago de Mello)

Neste capítulo relataremos as principais lições aprendidas neste projeto, especificamente em relação ao processo de elaboração dos Cadernos de Formação, Cadernos de Orientação e Cadernos de colegiados.

Será possível conhecer sinteticamente o conteúdo de cada um dos 20 cadernos produzidos, totalmente inéditos, que servirão para futuras formações das SMDHC. Serão, ainda, apresentados, alguns depoimentos dos participantes deste curso e da participação ativa da Coordenação de Participação Social da SMDHC na definição de cada passo deste projeto e de suas publicações. Com isso, pretende-se contribuir para a criação de novas referencialidades formativas na área dos direitos humanos na capital paulista e fortalecer a atuação, de forma ainda mais qualificada, dos(as) conselheiros(as) em Direitos Humanos desta cidade.

3.1 Cadernos de Formação, Cadernos de Orientação, Cadernos de Colegiados e Caderno do CPPO

Ao apresentarmos as publicações previstas no Termo de Convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Instituto Paulo Freire, é pertinente anotarmos claramente os objetivos e metas estabelecidos entre as duas instituições quando da assinatura referido convênio, a partir da caracterização e escopo da assessoria, incluindo a produção de cadernos informativos e formativos.

- Publicação de 10 Colegiados dos Conselhos da Cidade de São Paulo – Formato 19 x 27,5 cm, 12 páginas, um para cada Conselho da cidade.
- Publicação de dois Cadernos de Orientação das ações da SMDHC: 1. Participação Social; 2. Governo Aberto – Formato 18 x 24 cm, 24 páginas, capa colorida, miolo PB.
- Publicação de sete Cadernos de Formação – Formato 21 x 29,7 cm, 40 páginas, capa colorida, miolo duas cores.
- Publicação de um caderno do Ciclo do Orçamento Participativo – Formato 14 x 21 cm, 8 páginas, capa e miolo PB.
- Produção de Caderno com a memória do curso – elaboração de caderno com a sistematização do processo vivido durante as formações – Formato: A4, aproximadamente 64 páginas, capa colorida, miolo PB.
- Elaboração de Relatórios parciais e relatório final das ações do projeto.

Todos os cadernos foram produzidos e entregues à SMDHC. Os certificados de participação nos cursos foram todos feitos e entregues no ato encerramento e certificação dos cursos. E, quanto aos relatórios parciais pedagógicos, os mesmos foram entregues mensalmente, conforme orientações recebidas da SMDHC nas reuniões que antecederam o início do projeto. Da mesma forma, o relatório final deste projeto, conjuntamente entregue com este caderno de memória. Todas as publicações previstas foram entregues mediante ofícios devidamente protocolados.

Quanto aos cadernos, ocuparam grande parte da atenção de ambas as instituições para a sua consecução, conforme passamos a relatar.

Desde o início da demanda destas publicações, o IPF estreitou os diálogos com a equipe da Coordenação Social da SMDHC no sentido de, conjuntamente, tomarem as decisões relacionados às características, formatos, especificidades, resenhas, fontes de informações, imagens e também padrões relacionados à identidade visual de acordo com as normas da Prefeitura Municipal de São Paulo. Para isso, várias reuniões foram realizadas, conforme pudemos relatar no início desta memória.

Importante ressaltar os imensos esforços da Coordenação de Participação Social da SMDHC, antes coordenada por Eduardo Santarello e, depois, por Maria José Scárdua, para a consecução destas publicações, seja no envio de ementas de cada um dos 20 cadernos no início do processo de produção, seja pelo acompanhamento processual, em todas as etapas de produção, revisão, definição da identidade visual, leitura crítica e aprovação de todas as publicações. Importante também a articulação realizada pelos mesmos junto às Secretarias parceiras da SMDHC que tiveram a oportunidade, a seu convite, de também

contarem com alguns títulos destas publicações relacionadas a temas específicos de suas Secretarias de Governo, o que confirma o clima colaborativo e a ação intersecretarial das mesmas no Governo Haddad.

Reunião de revisão das publicações e de entrega de relatórios processuais com a participação de (da esq. p/ dir.) Janaina Abreu (de costas, à esquerda), pelo IPF, Tatiana Nascimento (SMDHC), Ângela Antunes (IPF) e Maria José Scardua, coordenadora da Participação Social da SMDHC.

Assim sendo, e considerando todos os esforços comuns e coletivos, é que a publicação destes cadernos de formação se tornou possível e torna-se uma importante referência para os próximos anos, no que se refere à existência de uma material didático-pedagógico que muito poderá contribuir para a formação em direitos humanos na cidade de São Paulo, tanto para conselheiros(as) em direitos humanos vinculados à SMDHC, como também para toda a população da cidade que, a partir de agora, passa a ter, física e virtualmente, todas as 20 publicações disponíveis, por meio das quais poderão tanto se informar como se formar a respeito dos temas que seguem:

Sete Cadernos de Formação

Além de oferecer os cursos, a SMDHC sugeriu também a criação desta série de sete cadernos de formação, composta por diferentes temas que se completam. Pretende-se, assim, agregar ainda mais qualidade na atuação de conselheiros e conselheiras na cidade de São Paulo.

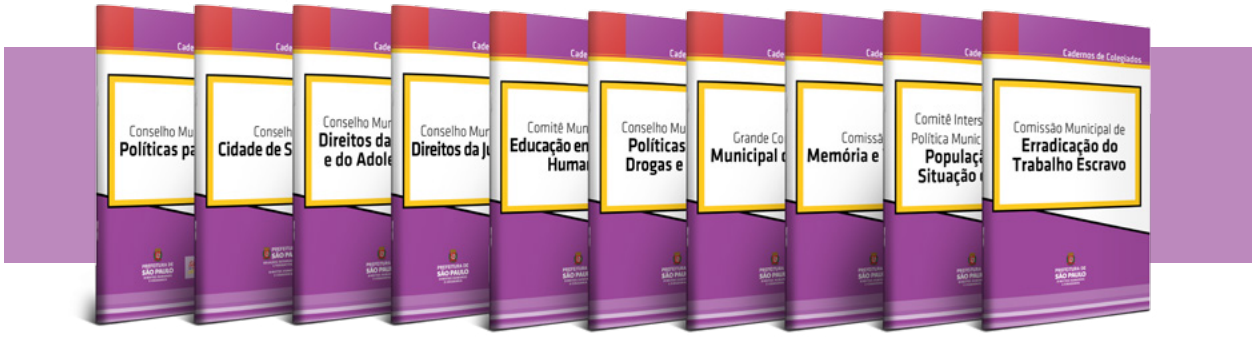
Os títulos e as respectivas ementas de cada um destes 7 Cadernos de Formação são os seguintes:

1. **Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)** - Direitos humanos e a defesa da vida. Histórico dos direitos humanos. Dimensão histórica do existir humano / conceito e prática da democracia. Reflexão teórico-prática sobre o município de Paulo. Contribuição de cada conselheiro. Garantia dos direitos humanos. Cidadania e a nossa presença no mundo. Cidadania e direitos humanos no município de São Paulo. Referências: livros, artigos, teses, dissertações, matérias de imprensa, blogs, sites e documentos.
2. **Educação Popular em Direitos Humanos (SMDHC)** - História da Educação Popular e dos direitos humanos. Importância dos movimentos sociais e da Educação Popular na conquista dos direitos humanos. Participação social com base na Educação Popular e na afirmação e defesa dos direitos humanos no município de São Paulo, sobretudo, na Gestão Haddad. Educação Popular-direitos humanos-democracia participativa. Gestões democráticas paulistanas a partir de 1980. Referências: livros, artigos, teses, dissertações.
3. **Participação Social e Direitos Humanos (SMDHC)** - Participação social e direitos humanos. Participação social e direitos humanos em São Paulo. Participação social - um direito humano - política de Estado - método de governo. Compromisso Nacional de Participação Social. Decreto Federal nº 8.243. Sistema Municipal de Participação Social (SMPS). Política Municipal de Participação Social (PMPS). Participação social na cidade, instâncias e composição do SMPS. Desafios e perspectivas da participação social em São Paulo. Referências: livros, artigos, teses, dissertações, matérias de imprensa, blogs, sites e documentos.
4. **Direto à Cidade (SMDHC)** - Constituição das cidades: origem e desenvolvimento. Relações sociais no contexto da defesa do direito à cidade. Processo de urbanização brasileiro. Fundamentos de direito à cidade, função social da cidade e da propriedade. Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Implementação do direito à cidade no município de São Paulo. Política habitacional. Agendas de direitos humanos. Gestão democrática. Referências: livros, artigos, teses, dissertações, matérias de imprensa, blogs, sites e documentos.
5. **Conselhos Participativos Municipais (Secretaria Municipal de Relações Governamentais)** - Democracia, sociedade civil e participação social. Diferentes entendimentos sobre a democracia. História e criação de conselhos de participação. Desafios e perspectivas dos Conselhos Participativos Municipais de São Paulo. Subprefeituras e a construção dos conselhos participativos. Adesão do município de São Paulo ao Compromisso Nacional pela Participação Social. Referências: livros, artigos, teses, dissertações, matérias de imprensa, blogs, sites e documentos.
6. **Governo Aberto (Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas)** - Governo Aberto: novo paradigma de gestão pública. Aproximação dos diferentes significados de Governo Aberto. Análise

quatro eixos do Governo Aberto. Governo Aberto na cidade de São Paulo. Principais ações realizadas e em andamento. Referências: livros, artigos, teses, dissertações, matérias de imprensa, blogs, sites e documentos.

7. **Planejamento e Orçamento (Secretaria Municipal de Relações Governamentais)** - Breve histórico: Sistema brasileiro de planejamento e orçamento. Conceitos e práticas da "ciência" do planejamento e do orçamento. Instrumentos e mecanismos de planejamento e orçamento. Estudo das peças orçamentárias da gestão pública: Plano Diretor Estratégico (PDE), Programa de Metas, processos licitatórios e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Planejamento e orçamento no município de São Paulo. Relação entre Município, Estado e União. Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO) municipal. Referências: livros, artigos, teses, dissertações, matérias de imprensa, blogs, sites e documentos.

Dez Cadernos de Colegiados



Inicialmente intitulados "Cadernos dos Conselhos da Cidade de São Paulo", passaram a ser identificados como "Cadernos de Colegiados" porque os dez títulos se referiam não apenas às atuações dos Conselhos da Cidade mas, também, às das Comissões e dos Comitês de Direitos Humanos. São Cadernos informativos que contribuirão para que toda a população da cidade de São Paulo tenha acesso a questões fundamentais relacionadas à atuação de cada um dos colegiados abaixo, bem como acesso fácil e direto a eles:

1. **Conselho Municipal de Políticas para LGBT** - Decreto nº 46.037. Trajetória, estrutura de funcionamento, meios de participação e legislação que regulamenta o CMPLGBT. Espaço de Diálogo. Consulta Popular. Formação do CMLGBT. Pautas do LGBT. Como participar. Legislação e fundos públicos. Saiba mais: textos, vídeos e sites sobre a temática.
2. **Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (Comuda)** - Atendimento a pessoas em situação de uso de substâncias psicoativas. Conselhos antidrogas. História e criação do Comuda. Lei nº 13.321. Formação do Conselho. Como e onde participar. Fundos públicos. Legislação Municipal e Federal. Contatos úteis de serviços. Saiba mais: textos, vídeos e sites sobre a temática.

3. **Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo (Comtrae)** - História e criação da Comissão. Como participar das ações da Comtrae. Comitê Gestor da Agenda Municipal do Trabalho Decente. Legislação. Saiba mais: Indicação de textos, vídeos e sites sobre a temática.
4. **Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua)** - Decreto nº 53.795. Problemáticas da população em situação de rua. Políticas Públicas. Inclusão Social. Elaboração, acompanhamento, controle, coordenação e a avaliação da Política Municipal da População em Situação de Rua. Bibliografia, indicação de vídeos e sites sobre o assunto.
5. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)** - Lei nº 11.123. Garantia dos direitos difusos das crianças e adolescentes. Surgimento, formação e participação no CMDCA. O ECA e a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de São Paulo. Legislação e fundos públicos. Programas e serviços de proteção a crianças e adolescentes. Indicação de textos, vídeos e sites sobre a temática.
6. **Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI)** - Criação Lei nº 11.242/1992. Estatuto do Idoso Lei nº 10.741. Preservação e afirmação da identidade dos idosos. Monitoramento do Programa de Metas da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) / Secretaria Municipal de Direitos e Humanos e Cidadania (SMDHC). Direitos dos idosos. História, criação e funções do GCMI. Como e onde participar. Legislação federal e municipal. Saiba mais: textos, vídeos, sites etc.
7. **Conselho Municipal dos Direitos da Juventude (Comjuve)** - Criação Decreto nº 14.687. Atualização Lei nº 16.120/2015. História e criação. Elaboração e execução de políticas públicas municipais da juventude. Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Como é formado o Comjuve. Como e onde participar. Leis que asseguram os direitos da juventude. Saiba mais: textos, vídeos, sites etc.
8. **Comissão da Memória e Verdade (CMV)** - Criação Gestão Haddad, 2014. Investiga violações dos direitos humanos no município durante a Ditadura Militar (19641985). História e criação. Lei nº 12.528/2011 Comissão Nacional da Verdade (CNV). Projeto de Lei Municipal nº 65 - Lei nº 16.012. Formação da Comissão. Legislação. Saiba mais: textos, vídeos, sites etc.
9. **Conselho da Cidade de São Paulo** - O que é o Conselho de Cidade. História e criação. Formação do Conselho. Como se organiza. Como participar. Legislação e fundos públicos. Saiba mais: textos, vídeos, sites etc.
10. **Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos (CMEDH)** - Conferência Mundial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O que é a Educação em Direitos Humanos (EDH). Criação do CMEDH. Lei Lei nº 15.764/2013. Constituição do CMEDH. Os polos de disseminação de EDH (CEDHs). Saiba mais: bibliografia, vídeos, sites etc.

Dois Cadernos de Orientação

Estes dois textos intitulados Cadernos de Orientação, inicialmente pensados como "guias de orientação", têm por objetivo contribuir com informações e esclarecer dúvidas sobre como participar da gestão pública do município de São Paulo, de forma democrática e horizontal, ampliando a sua participação social. Procura-se refletir sobre o processo de validação da Política Municipal de Participação Municipal (PMPS), com ênfase na criação do Sistema Municipal de Participação Social (SMPS). Por outro lado, procura-se também orientar a população a participar do Governo Aberto, iniciativa que já tem contribuído para uma revolução na forma de fazer gestão pública, que pode significar uma gestão mais transparente, com dados e informações disponíveis facilmente a qualquer interessado, por meio de uma interface amigável e intuitiva, tornando a população efetivamente empoderada no processo de tomada de decisão sobre as políticas públicas da/na cidade. Os textos refletem a característica dialógica destes cadernos, pois o diálogo é também a base de toda construção coletiva que aqui se propõe.

1. **Governo Aberto** - Estabelecimento e Intensificação da experiência democrática. Criação de espaços participativos. Definição de Governo Aberto. História e desafios. Transparência, participação, integridade e inovação tecnológica. Relação entre poder público e sociedade. Plano Diretor Estratégico. Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e espaço intersecretarial. Ambiente favorável a uma nova cultura política. Aplicação do conceito em São Paulo. Saiba mais: textos, vídeos e sites sobre a temática.
2. **Participação Social** - Participação democrática e horizontal. Gestão pública do município de São Paulo. Construção coletiva. Processo de validação da Política Municipal de Participação Social (PMPS). Criação do Sistema Municipal de Participação Social SMPS. Ampliação e qualificação dos processos participativos. Saiba mais: textos, vídeos e sites sobre o assunto.

Um guia sobre o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento

Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO) - Decreto nº 54.837/2014. Instâncias e Mecanismos. Elaboração, pactuação e implementação de metodologias. Participação no planejamento e orçamento. Monitoramento participativo do Programa de Metas (2013-2016) e Leis orçamentárias. Audiências públicas. Formação de conselheiros(as). Produção e disseminação de informações. Saiba mais: bibliografia, vídeos, sites etc.

Um Caderno com a memória do curso

Memória: Formação de conselheiros e conselheiras em direitos humanos e participação social - Elaboração de caderno com a sistematização do processo vivido durante as formações e registros fotográficos.

3.2 Principais aprendizagens durante os cursos de formação

Na linha político-pedagógica do que vimos afirmando até aqui, todas as aprendizagens viabilizadas num curso de direitos humanos e cidadania, principalmente considerando que o público participante é constituído por pessoas com larga experiência na atuação em conselhos de direitos humanos, são significativas. No entanto, é mais uma vez oportuno esclarecer que, para além dos conteúdos programáticos planejados pela equipe da SMDHC e do IPF para o curso, a partir de escutas com os colegiados de direitos humanos da cidade de São Paulo, foram também muito importantes aqueles conteúdos que foram "surgindo" no decorrer do curso. Explicando melhor: trata-se daqueles conteúdos que foram sendo demandados e apresentados pelos participantes, seja nas escutas específicas para tal fim, como aconteceu no início do curso de cada turma, sobre as demandas temáticas gerais do curso, seja quando o IPF consultou os mesmos sobre suas expectativas e sobre o que cada pessoa trazia (de si) e oferecia (de suas experiências) para o curso.

Os aprendizados específicos resultantes de cada encontro permitiram não apenas o aprofundamento dos participantes em conceitos relacionados à história dos direitos humanos, aos Princípios ético-político-filosóficos da pedagogia freiriana, ao melhor entendimento do significado de Participação Social, Participação Popular e Educação Popular, de Educação Popular como Educação em Direitos Humanos, dos princípios e diretrizes gerais do PNDH-3, do PNEDH, do funcionamento da política municipal de Direitos Humanos em São Paulo, no entendimento sobre o funcionamento e das características dos Conselhos, Comissões e dos Comitês de Direitos Humanos - enfim, da história dos Direitos Humanos e dos desafios a eles relacionados, que ainda temos pela frente, mas permitiram que todos(as), indistintamente, pudessem rever as suas próprias histórias, culturas, atuações profissionais e pessoais.

A metodologia freiriana criou espaços e tempos de aprendizagens convivenciais e, nesse entrelaçamento cultural, político, social, objetivo e intersubjetivo, foi possível observar o crescimento de cada participante, as suas descobertas, o seu prazer de se perceber ao mesmo tempo aprendendo e ensinando.

Quando nos referimos a "cada participante", estamos considerando os cursistas inscritos - membros dos colegiados da cidade de São Paulo, mas também toda pessoa que participou deste projeto - seja a equipe de coordenação da SMDHC, seja a equipe de coordenação do IPF e sua equipe pedagógica, que atuou diretamente nos encontros de formação presenciais e a distância, seja dos pesquisadores-redatores que beberam na fonte destas experiências para também produzirem os textos que deram existência às 20 publicações inéditas já explicadas acima.

E como tentativa de expressar um pouco todo este conjunto de aprendizagens, é que apresentamos os registros a seguir – por meio de depoimentos colhidos, expectativas demonstradas, fotografias de algumas atividades, e até mesmo indicamos algumas fontes de referência onde o(a) leitor(a) poderão acompanhar, em vídeo, um pouco do que se disse acima, que une ao mesmo tempo aprendizagens cognitivas, sensíveis, e relacionais, que são fundamentais para quem, especialmente, trabalha e atua diretamente em direitos humanos, como é o caso dos participantes deste projeto.

A seguir, apresentamos em ordem alfabética, as expectativas iniciais dos(as) participantes do curso, o que as pessoas trouxeram consigo para oferecer ao curso, além de alguns depoimentos relacionados às suas aprendizagens, sentimentos, descobertas e superações observados em si mesmas e no grupo no contexto e a partir deste curso. Não identificaremos nem o nome das pessoas, nem as turmas, o que está registrado analiticamente nos relatórios parciais e mensais de todas as atividades desenvolvidas, que foram entregues pelo IPF à SMDHC.

Registros fotográficos das quatro turmas, logo no primeiro dia de curso.

Professor Padilha coordenando dinâmica de acolhimento da turma 1, no Edifício Martinelli.

Segundo Encontro da Formação Continuada da turma 2.

Atividade cultural no Primeiro Encontro da Formação Inicial de Leitura do Mundo da turma 3.

Primeiro Encontro da Formação Inicial de Leitura do Mundo da turma 4.

Depoimentos iniciais sobre a vivência do processo de Leitura do Mundo

"Fico muito feliz e parabenizo o grupo pelo trabalho que faz (...) a pessoa fica em casa sem ver, sem conhecer o que acontece (...) acho muito bom o esforço e a luta de todos".

"Eu gostei muito, eu não conhecia a história do Paulo Freire, gostei muito das frases dele e do texto sobre os princípios de convivência".

"Estou muito feliz, em uma semana vocês conseguiram dar um retorno, sistematizando de forma espetacular! (...) Além da sistematização vocês estão mostrando na prática como trabalhar essa relação com o outro, sem bagunça, sem anarquia (...) mesmo durante os 30minutos de acolhida tinha o momento de aprender".

"É importante ter esse momento de autovalorizar. Acho que o registro é importante para isso, mostrar que não estamos aqui à toa, mas por uma causa".

"A gente faz mas não dá conta que faz (...) as coisas acontecem muito rápido, reuniões, relatórios e você acaba fazendo uma Leitura do Mundo mas não dá tempo de refletir".

"Eu tento me colocar no lugar do outro, eu penso nas condições que é sempre possível alguém se recuperar (...) eu acredito que deve haver um novo estado democrático de direito para fazermos essa transformação".

"A Leitura do Mundo está por detrás do que se fala, e você só consegue fazer uma Leitura do Mundo quando tem sensibilidade, disponibilidade para o outro (...) eu ainda acredito que teremos transformações via políticas públicas".

"Eu não consigo fazer Leitura do Mundo, eu sou extraterrestre (...) Você inicia o trabalho se colocando no lugar do outro, mas no cotidiano esquece dos princípios (...) Há uma competição grande entre os próprios conselhos, principalmente entre os paritários (...) Quando você ajuda determinado conselho você é taxado de governista, mesmo você tendo ajudado a eleger aquele governo (...) Leitura do Mundo é quando você compartilha sonhos, realidades, eu tenho esse desafio ainda".

"Como eu vou conseguir trabalhar todas estas questões que estão aqui propostas? Quando eu me coloco no lugar do outro: 'Como eu gostaria de ser tratado se estivesse nessa situação?' (...) é um exercício constante, sendo governo ou não, sendo sociedade civil ou não".

" Depois de uma leitura a gente nunca sai igual".

"Acho que a gente tem que ser democrático, dar abertura para o outro (...) orientar esse outro, ser parceiro e ao mesmo tempo corrigir esse outro (...) depois que a gente lê um texto a gente nunca mais é o mesmo, é como o caminho que não é mais o mesmo quando a gente volta nele".

"Uma coisa fundamental relacionada à minha vida "compromisso ético-político, nós do PopRua achamos esse princípio fundamental".

"Na saúde a gente tem uma divisão de usuário, gestores e trabalhadores, cada um representando um segmento, mas o que nos une? (...) temos que ter a capacidade de construir uma transformação que vá ao encontro das nossas necessidades".

Expectativas com o Curso

Acolhimento, conhecer pessoas e buscar mais informações sobre a educação.

Ampliar meus conhecimentos em defesa de uma sociedade mais justa e construir cada dia mais um país mais justo.

Aprender a metodologia freiriana;

Aprender com o grupo e com o Instituto, bem como deixar a minha marca.

Aprender como posso ajudar o próximo dentro da lei e quais leis. Quais são meus direitos e deveres como cidadão.

Aprender mais e se aprofundar na temática dos direitos humanos, conquistando parcerias para nossas articulações sociais.

Aprendizado da cidade, dos conselhos, da participação social de SP, das pessoas.

Aprendizado; novidades; novas convivências; conhecimento; divisão de tarefas e dialética de diferentes realidades;

Aprimorar meus conhecimentos teóricos em direitos humanos;

Através da articulação dos direitos humanos e da visão freiriana adquirir conhecimentos para a prática psicológica, que é minha área. Também conhecer alguns conselhos e forma de trabalho e atuação para articular conhecimentos para a prática cidadã e também promoção da saúde.

Capacitação específica, intercâmbio de informações e ideias e ampliação de relações com as redes.

Compartilhar saberes entre os colegiados, aprender metodologias de participação e criar uma rede

Conhecer a política de DH. Aprimorar meus conhecimentos e poder revê-los;

Conhecer e multiplicar o conhecimento na comunidade imigrante;

Conhecer melhor as ideias de Paulo Freire. Conhecer melhor pessoas e instituições inspiradoras;

Conhecer o assunto DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL;

Conhecer o trabalho dos outros conselhos para articular um trabalho de forma transversal com a temática de tráfico de pessoas e trabalho escravo através de minha instituição;

Esclarecimentos de uma boa atuação num Conselho Municipal;

Espero absorver informações que sirvam de ferramenta para um bom conselheiro e que eu possa agregar com minha profissão;

Estou aberta a adquirir informações, conhecimentos para ter mais subsídios na atuação no conselho e na vida;

Formação em políticas públicas e formas de trabalho em prol das comunidades, que ofereçam dignidade e direitos humanos.

Fortalecimento dos diferentes segmentos que atuam na perspetiva de cuidado e transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Obter e propiciar à comunidade, através da informação, conhecimento e reflexões, ferramentas para assumir seu papel como ser atuante e capaz de fazer a diferença;

Poder intercambiar ideias com outros conselheiros e construir um relato da democracia participativa.

Qual função do Conselheiro em Direitos Humanos e como atuar efetivamente como conselheiro;

Referências para melhor desenvolver a função de conselheiro: como pensar na perspectiva freiniana na atuação de conselheira;

Resgate da sensibilidade humana. Se indignar diante das injustiças.

Sempre tive vontade de conhecer de perto os ensinamentos de Paulo Freire por ser sua fã. Muita vontade de aprender!

Ter elementos que contribuam para a construção de um trabalho fundamentado na perspectiva dos direitos humanos, conhecer metodologias de formação popular;

Troca de saberes com diversas áreas de atuação;

Trocar experiências, conhecer novas propostas e possibilidades de atuação em conselhos.

O que cada participante trouxe para este curso?

Acolhimento, conhecer pessoas e buscar mais informações sobre a educação.

Ampliar meus conhecimentos em defesa de uma sociedade mais justa e construir cada dia mais um país mais justo.

Aprender a metodologia freiriana;

Aprender com o grupo e com o Instituto, bem como deixar a minha marca.

Aprender como posso ajudar o próximo dentro da lei e quais leis. Quais são meus direitos e deveres como cidadão.

Aprender mais e se aprofundar na temática dos direitos humanos, conquistando parcerias para nossas articulações sociais.

Aprendizado da cidade, dos conselhos, da participação social de SP, das pessoas.

Aprendizado; novidades; novas convivências; conhecimento; divisão de tarefas e dialética de diferentes realidades;

Aprimorar meus conhecimentos teóricos em direitos humanos;

Através da articulação dos direitos humanos e da visão freiriana adquirir conhecimentos para a prática psicológica, que é minha área. Também conhecer alguns conselhos e forma de trabalho e atuação para articular conhecimentos para a prática cidadã e também promoção da saúde.

Capacitação específica, intercâmbio de informações e ideias e ampliação de relações com as redes.

Compartilhar saberes entre os colegiados, aprender metodologias de participação e criar uma rede

Conhecer a política de DH. Aprimorar meus conhecimentos e poder revê-los;

Conhecer e multiplicar o conhecimento na comunidade imigrante;

Conhecer melhor as ideias de Paulo Freire. Conhecer melhor pessoas e instituições inspiradoras;

Conhecer o assunto DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL;

Conhecer o trabalho dos outros conselhos para articular um trabalho de forma transversal

Imagens do processo de elaboração dos crachás culturais - de onde viemos? quem somos? quais as marcas de nossa cultura e da nossa origem?

Criação do Crachá Cultural no Primeiro Encontro da Formação Inicial da turma 4.

Educanda Márcia, da turma 4, elaborando seu Crachá Cultural.

Educandos da turma 3 com seus Crachás Culturais.

Crachá cultural de educandos da turma 2.

Depoimentos colhidos e registrados no final do curso - durante a apresentação dos Projetos de Intervenção.

Os projetos de intervenção das turmas 1, 3 e 4 foram todos apresentados, conjuntamente no dia 27/11/2015, na DRE Pirituba, como uma forma encontrada e acordada com todos(as) os participantes cursistas desta turma, e com a SMDHC, visando ao intercâmbio de experiências e socialização de todos os projetos produzidos individualmente e/ou em grupos pelos participantes destas turmas.

Intervenção cultural durante a Apresentação dos Projetos de Intervenção das turmas 1, 3 e 4, em 27/11/2015.

O evento iniciou-se com as falas de Maria José Scardua, Coordenadora da Participação Social junto à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, de ngela Antunes e Paulo Roberto Padilha, diretores pedagógicos do Instituto Paulo Freire e de Natália Caetano, coordenadora do projeto. Feito o acolhimento dos participantes, Natália relembrou aos presentes a metodologia do encontro, afirmando que as apresentações dos Projetos de Intervenção seriam intercaladas por intervenções culturais.

Foram apresentados nesse dia, ao todo, 18 projetos cujos temas estão descriminados abaixo:

1. Projeto: CRECE – Um caminho a construir
2. Projeto: Fórum da Criança e do Adolescente
3. Projeto: Escola Acolhedora
4. Projeto: O envolvimento dos pais na vida escolar
5. Projeto: A inserção do idoso no mundo contemporâneo e a garantia dos direitos básicos
6. Projeto: A criança aprende brincando
7. Projeto: Brincadeira na praça
8. Projeto: A Escola é nossa - Fortalecendo o Conselho de Escola
9. Projeto: Fortalecimento do Fórum para a regularização fundiária da região Noroeste
10. Projeto: Os direitos humanos no cotidiano escolar
11. Projeto: CRECE
12. Projeto: Conscientização da comunidade sobre os direitos humanos com ênfase na educação infantil
13. Projeto: Fórum participativo "Palmares Vive"
14. Projeto: Fortalecimento da gestão democrática em Centros de Educação Infantil
15. Projeto: EMEFM Veríssimo - o promotor dos direitos humanos
16. Projeto: Praça pra Todos
17. Projeto: Conselhos Tutelares e a rede de proteção social
18. Projeto: Orçamento Público e o Grande Conselho do Idoso

Além dos projetos apresentados, o evento contou com a participação dos(as) educandos(as) nas intervenções culturais: música, contação de história, poema, dança africana entre outros. Por fim, após as apresentações e intervenções culturais, os(as) educadores(as) do Instituto Paulo Freire organizaram uma atividade final e dinâmica, na qual pediram que cada participante escrevesse um sonho em uma tira de papel, colocasse o escrito dentro de uma bexiga e a jogasse para o alto. Todos jogaram suas bexigas e, depois, leram os sonhos e, ao final, comemoraram a finalização de mais uma etapa importante deste curso de formação.

A avaliação dos participantes em relação ao encontro realizado foi muito positiva, com o que podemos inferir que os objetivos elencados para esta formação foram alcançados de forma plenamente satisfatória.

Todos os presentes revelaram a emoção diante dos projetos de intervenção apresentados e também das intervenções culturais preparadas pelos participantes. Muitos também comentaram positivamente sobre a estrutura e metodologia do encontro. Entre muitas intervenções, destacamos a dança africana realizada pelas educandas da turma 4, Eunice, Maria Conceição e Jerusa. Com vestimentas africanas, dançaram em torno da silhueta do mapa do município de São Paulo, localizado no centro do Círculo de Cultura. Sem dúvidas, este dia ficará na memória pela emoção e carinho de todos os presentes, educandas, educandos, equipe do Instituto Paulo Freire e da Coordenaria de Participação Social.

Assim como no lançamento do projeto foi produzido um vídeo, o mesmo também aconteceu no encerramento do mesmo. Ambos os vídeos podem se localizados e vistos nos seguintes endereços:

Vídeo do lançamento:
https://www.youtube.com/watch?v=sH12MWKqi3I

Vídeo do encerramento do curso:
https://www.youtube.com/watch?v=YQRBh6tg3pc

Vídeo da cerimônia de certificação:
https://www.youtube.com/watch?v=iyWbiAv8JLQ

Por outro lado, registramos também nesta Memória o Encontro da Apresentação dos Projetos de Intervenção da turma 2 que optou por realizá-la no dia 28/11/2015, na sede do Instituto Paulo Freire.

Após o acolhimento dos participantes, foi explicada a metodologia do encontro, de forma que as apresentações dos projetos de intervenção seriam intercaladas por intervenções culturais.

Foram apresentados, ao todo, 4 projetos cujos temas estão descriminados abaixo:

1. Projeto: Grêmio Participativo;
2. Projeto: Construindo a Cidadania;
3. Projeto: GMCI – Fortalecendo os Fóruns;
4. Projeto: Ajuda mútua em rede.

Além dos projetos apresentados, o evento contou com a participação dos(as) educandos(as) nas intervenções culturais que se deram pela música e pela contação de história. Por fim, após as apresentações e intervenções culturais, ngela Antunes, diretora pedagógica do IPF, reafirmou à turma a importância de terem construído os projetos para que fossem aplicáveis. Sr. Rubens Casado, Presidente do Grande Conselho do Idoso, chamou a atenção de que os quatro projetos apresentados englobaram todas as perspectivas societárias, tais como indivíduo, pequena comunidade, bairro e, por fim, a cidade.

As atividades que correspondem aos objetivos do encontro foram todas avaliadas de forma positiva pelos participantes. Emocionou a equipe do Instituto Paulo Freire as intervenções culturais dos educandos da turma 2, que trouxeram músicas e uma contação de história. A educanda Flávia Fernandes contou uma bela história de sua vó, sobre como as pedras no caminho, por vezes, dificultam a passagem, entretanto é preciso força para removê-las e prosseguir.

Imagens do processo de elaboração dos crachás culturais - de onde viemos? quem somos? quais as marcas de nossa cultura e da nossa origem?

Paulo Roberto Padilha, diretor pedagógico do IPF, coordenando atividade de acolhimento no encontro de apresentação dos projetos de intervenção da turma 2, em 28/11/2015.

Sr. Rubens Casado e Olavo de Almeida Soares, apresentando projeto de intervenção.

Participantes da turma 2 no Encontro de Apresentação dos Projetos de Intervenção, em 28/11/2015.

Participantes da turma 2 no Encontro de Apresentação dos Projetos de Intervenção em 28/11/2015 e mapa do Município de São Paulo com todos os crachás culturais dos participantes, elaborados no início do curso.

"(...) Olá Natália! Concordo com você. Um monitoramento efetivo só acontecerá quando uma cultura da participação for incentivada. Porém complemento que, além das escolas, os serviços da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social também são locais privilegiados, pois os mesmos têm como objetivos ações continuas e sistemáticas a fim de incentivar o convívio e o fortalecimento de laços de pertencimento, a exposição de ideias, a discussão de propostas, a troca de experiencias entre seus usuários e a construção de projetos pessoais e coletivos. Atualmente temos na cidade de São Paulo 1254 serviços e 225.722matriculas efetivas nestes serviços "

(Este diálogo na plataforma EaD, aberto em junho de 2015 para a turma, foi comentado por Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira no mês de novembro/2015).

3.3 A participação social como referência para o fortalecimento dos direitos humanos na cidade de São Paulo

Após 36 meses da gestão Fernando Haddad como prefeito do Município de São Paulo, podemos afirmar que, nesta cidade, com base nos esforços hoje realizados, a participação social é uma marca deste governo. Desde 2013, foram inúmeras as iniciativas para criar espaços de ampliação e fortalecimento da participação democrática, visando a que a sua população pudesse, efetivamente, influenciar e decidir em relação às políticas públicas desenvolvidas.

Este projeto intitulado "Curso de Formação de Conselheiros(as) em Direitos Humanos" foi mais uma importante iniciativa sonhada em 2013 por este governo e concretizada a partir de 2014. Durante os últimos 13 meses, foi absoluta prioridade da SMDHC e de sua Coordenação de Participação Social, trabalhar na direção da formação inicial, continuada, presencial e a distância, de pessoas representativas dos Direitos Humanos, membros dos diversos Conselhos de Direitos Humanos desta cidade, que há anos demandavam formação em direitos humanos que fosse coerente com os propósitos de uma gestão pública democrática, participativa e popular.

Foi neste contexto, antes, durante e após o lançamento do Programa de Metas 2013-2016 da Gestão Haddad, que se deu início à inédita, necessária e ousada proposta da construção de uma Política Municipal de Participação Social, fundamentada e em total sintonia com a Política Nacional de Participação Social (PNPS), Decreto nº 8.243, de 2014 da Presidência da República, à qual o governo municipal aderiu, mas que desse ênfase à criação de um Sistema Municipal de Participação Social (SMPS), que pretende articular diversas instâncias e mecanismos da gestão pública municipal, visando ao cumprimento da própria política.

Para viabilizar a construção coletiva e democrática desta política, no Município de São Paulo, muitos esforços foram necessários, bem como o enfrentamento e a superação de desafios se colocaram cotidianamente a esta gestão. Para isso, a SMDHC não mediu esforços na direção da consolidação de uma política de participação social que, evidentemente, continua em processo.

Os princípios da PMPS apontam para posicionamentos a serem tomados, incentivados e valorizados até chegar à real e palpável efetivação do novo conceito de participação horizontal que se vem buscando. De acordo com a Proposta de Minuta da PMPS e do Sistema Municipal de Participação Social (SMPS), os seus princípios giram em torno do reconhecimento da participação social como direito do cidadão, dever do Estado e compromisso de governo fundamental para democratizar a gestão pública. Isso requer a complementaridade e a integração entre mecanismos e instâncias das democracia representativa, participativa e direta e a intensa cooperação entre Estado e Sociedade Civil.

São objetivos da Política Municipal de Participação Social, no Município de São Paulo, o fortalecimento dos espaços de participação já existentes, integrá-los às novas formas de participação, a consolidação da gestão participativa como método de governo, a promoção da diversidade, com garantia de acesso e efetiva representatividade nos mecanismos de participação social, de grupos sociais historicamente excluídos, o desenvolvimento de mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento, permitindo o envolvimento da sociedade na definição das prioridades para alocação de recursos públicos, a promoção do uso e do desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social; o incentivo e a promoção de ações e programas de formação e qualificação em participação social para servidores, gestores públicos e sociedade civil; a garantia da participação de representantes dos diferentes segmentos da população – diretamente ou por intermédio de associações

representativas, movimentos ou entidades – nos processos de decisão, planejamento e gestão das políticas públicas, dos investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos e, finalmente, a garantia de que a articulação dos diversos mecanismos e instâncias de participação ocorra de forma territorializada. Tais objetivos já foram oficializados pela atual gestão e estão em pleno desenvolvimento.

Foi na direção do referido desenvolvimento e do fortalecimento da participação social e da garantia dos direitos humanos nesta cidade, que a SMDHC, como já dissemos, aderiu ao Compromisso Nacional de Participação Social, para que esta se transforme, efetivamente, num direito de todas as pessoas, que assim passam a ter a possibilidade de intervirem, enquanto sociedade civil, nas políticas do Estado.

Das publicações relacionadas à Participação Social, a SMDHC previu no projeto dois Cadernos específicos que explicam e discutem, de forma clara, objetiva e, ao mesmo tempo, aprofundada, o tema da participação social. São eles o "Caderno de Orientação: Participação Social" e o "Caderno de Formação Participação Social e Direitos Humanos", cujas ementas já foram apresentadas, anteriormente, nesta Memória. O Caderno de Orientação traz perguntas e respostas que dialogam com o(a) leitor/leitura no sentido de esclarecer todas as suas potenciais e eventuais dúvidas sobre o tema, esclarecendo desde o sentido e significado de participação social, até as características do Sistema Municipal de Participação Social, que conta, por exemplo, com mecanismos como Conferências, Audiências Públicas, Consultas Públicas, Diálogos Sociais, Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO), Governo Aberto, Diálogos Abertos, Coordenadoria do Observatório de Política Social (COPS), Ouvidorias, além de outros canais de atendimento direto aos cidadãos.

Já, o Caderno de Formação "Participação Social e Direitos Humanos" apresenta esta participação, efetivamente, como sinônimo do exercício de direito humano, contando um pouco de sua história no Brasil e em particular na cidade de São Paulo, além de também apresentar os principais desafios da participação social em nossa cidade, a partir das pegadas históricas e do legado que está sendo construído e deixado pela atual gestão. Afinal, é o futuro dos direitos humanos, da cidadania e da participação social que está sendo construído neste momento neste município.

E para dar mais um exemplo dos múltiplos esforços que têm sido realizados na atual gestão, que dão continuidade à intensa consulta popular, presencial e virtual, já realizada na cidade em torno da participação social, junto às 32 subprefeituras das cidade, destacaremos agora a mais recente iniciativa que foi a promoção de uma nova consulta junto à sociedade civil paulistana para a validação da Política Municipal de Participação Social.

Este processo de consulta aconteceu, inicialmente, por meio de um ciclo dividido em oito eixos, com reuniões abertas presenciais e consultas públicas on-line sobre cada um dos eixos. A prefeitura abriu as portas para dialogar com a população sobre como organizar e sistematizar a participação social na cidade. Essa construção foi um compromisso assumido pelo prefeito Fernando Haddad, em 30 de junho de 2014, quando assinou o decreto que formalizou a adesão do município ao Compromisso Nacional de Participação Social, já citado anteriormente. Aconteceram também, de outubro a dezembro de 2015, consultas públicas nas 32 subprefeituras. O resultado esperado com todo esse processo é que essa política não seja apenas um documento, mas a institucionalização da participação social efetiva como método de gestão.

Planejamento na sede da SMDHC dos encontros territoriais entre IPF e SMDHC. Da esq. p/ dir.: Paulo Roberto Padilha, Tatiana Nascimento, Maria José Scardua, Ângela Antunes e Karen Kristensen Medaglia Motta, em 10/2/2015.

Para citarmos mais um exemplo, destacamos abaixo a metodologia de trabalho utilizada por ocasião dos Encontros Territoriais (consultas públicas). O Instituto Paulo Freire colaborou tanto no planejamento destas ações, como na relatoria dos encontros realizados junto às 32 subprefeituras da cidade (atividade esta que substituiu o que seria a constituição de uma quinta turma de formação no curso oferecido pelo IPF, conforme já explicado anteriormente).

Encontro Territorial realizado na Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti, Cidade Tiradentes, em 7/11/2015; Encontro Territorial das Subprefeituras de Vila Mariana e Ipiranga, em 24/11/2015, e da Subprefeitura de Guaianases, em 29/11/2015.

Conforme dados extraídos do relatório resultante da série desses Encontros Territoriais, entregues pelo IPF à Coordenação de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, podemos observar que foram efetivamente reunidos representações de toda a sociedade civil do município, conselheiros e conselheiras de saúde, educação, transporte, Conselho Participativo, entre outros, para dialogar sobre a Minuta de Participação Social, disponível para edição dos cidadãos e cidadãs pela plataforma online São Paulo Aberta, cujo link é: http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/.

A política construiu-se com base em princípios como: participação social, complementariedade e integração, solidariedade, cooperação e diversidade, informação, transparência e controle e, por fim, memória. Os encontros contemplaram uma metodologia que começava com o acolhimento dos participantes, apresentação dos presentes, apresentação das ideias centrais em torno da Política Municipal de Participação Social e do Sistema Municipal de Participação Social, trabalho em grupo para diálogo entre os participantes e registro das contribuições de cada grupo em torno das questões debatidas. O Encontro se iniciava com o acolhimento dos participantes pelos representantes do poder público de cada local. Posteriormente, a/o responsável pela coordenação do encontro contextualizava os presentes sobre a PMPS e o SMPS e, por fim, com o apoio da equipe do Instituto Paulo Freire realizava-se um trabalho em grupo para verificar o grau de conhecimento do público participante em torno da temática discutida e as possibilidades de contribuição à Minuta da Política Municipal de Participação Social.

Estes Encontros Territoriais foram realizados no período de 24 de outubro a 16 de dezembro de 2015, alcançaram em torno de 230 participantes. Apesar de a maioria não conhecer a Minuta, foi possível constatar que a sociedade civil, de forma geral, está ávida pela regulamentação e pelo melhoramento constante e processual da participação social. De forma unânime, em todas reuniões realizadas, os grupos propuseram um espaço de participação inter-conselhos, ou seja, um espaço no qual haja a reunião de todos os conselhos juntos. Esta proposta dialoga com a forma intersetorial que os próprios Direitos Humanos vem assumindo tanto nas políticas públicas quanto na militância. Assim, a participação social, por meio dos Encontros Territoriais, não só reafirma e dialoga sobre a importância da participação, bem como coloca como pauta prioritária dos Direitos Humanos.

As contribuições e os resultados analíticos desta nova série de Encontros territoriais estão sendo tabulados, finalizados e, certamente, serão brevemente socializados com a população do município de São Paulo e, efetivamente, incorporadas à Política Municipal de Participação Social que, como dissemos no início deste item, já tem feito história da cidade e, com isso, consolidando-se como uma prática social no exercício ativo e efetivo da democracia participativa. Muito já foi feito, mas, a consolidação final desta política dependerá da continuidade dos esforços coletivos e solidários de toda a população, fortalecendo as raízes desta experiência e, num futuro breve, colhendo os frutos dos plantios que a atual gestão vem fazendo.

É por estes motivos que afirmamos que se ampliaram consideravelmente os canais de diálogo do governo com a Sociedade Civil que, por sua vez, contribui dentre tantas propostas importantes para o futuro da participação social no Município de São Paulo, propondo, por exemplo, a

necessidade do empoderamento das comunidades escolares, a comunicação entre as redes sociais, o poder público, a comunidade, os conselhos de direitos humanos e as subprefeituras, os processos educacionais e formativos permanentes dos membros dos conselhos da cidade, a transparência da gestão pública por meio do acesso à informação, a ampliação dos espaços democráticos na cidade, a melhoria da linguagem da comunicação com a juventude e demais grupos sociais, a criação de mais espaços para encontros, reuniões, eventos e espaços de discussão da política pública de participação social, com mais divulgação do trabalho dos conselheiros, com a descentralização das reuniões do conselho participativo e para a ampla divulgação da agenda da participação social por diversos meios, mídias e redes sociais.

É nessa direção que vem trabalhando a Prefeitura Municipal de São Paulo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Coordenação de Participação Social e todas as secretarias e instâncias de governo para a ampliação e fortalecimento da democracia participativa em nossa cidade.

Mais informações sobre as atividades e ações conjuntas da SMDHC em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos.

Conclusão: Fortalecendo os direitos humanos e a participação social em São Paulo

Ao concluirmos este importante registro histórico, preferimos deixar que as imagens deste processo de 13 meses tomem lugar de destaque desta publicação, contando, ao seu modo, as aprendizagens e os frutos deste trabalho que, com certeza, fortaleceram e fortalecerão os direitos humanos e a participação social na cidade de São Paulo.

Além das palavras que, segundo Augusto Boal, acentuam a nossa inteligência simbólica, finalizamos esta publicação com ênfase também nas imagens (e nos sons e ritmos, presentes nas poesias com as quais finalizamos esta memória e nos vídeos indicados nesta publicação). Até porque, conforme aquele mesmo autor, sons e imagens desenvolvem a nossa inteligência sensível, indispensável quando tratamos de relações humanas, de direitos humanos, de convivência humana.

Os depoimentos dos(as) participantes do curso, aqui também retratados, demarcam também a rítmica e a boniteza da experiência sensível desta memória, escrita a várias mãos, cabeças e corações, pois gravam e demarcam na história a passagem de cada pessoa por este projeto que, além de serem tocadas pelas experiências e intercâmbios vivenciados, também deixam nas outras pessoas - e na própria história desta cidade, as pegadas de suas trajetórias comuns e diferentes. E, certamente, cada participante deste projeto, atualiza aqui os seus itinerários não por acaso traçados há tempos, na direção da defesa dialógica e radical da democracia, da justiça, dos direitos humanos para todas as pessoas.

E, assim, concluímos esta memória, com imagens, sons, poesias, ritmos, sonhos e utopias de um mundo mais justo e mais humano, que começa no nosso território de origem e que, neste momento, nos une no território da cidade de São Paulo, onde vivemos, convivemos, trabalhamos e atuamos.

É assim que construímos esta história. E é assim que queremos permanecer juntos e revigorados, na busca incansável da garantia dos direitos humanos e da participação social na nossa cidade, no nosso estado, no nosso país, no planeta em que vivemos.

Memória das imagens das turmas participantes do curso, dos encontros de apresentação dos projetos de intervenção e da solenidade de entrega de certificados aos(às) participantes do curso, em 8/12/2015.

Educandos da turma 3 no 5º Encontro da Formação Continuada, em 11/11/2015/

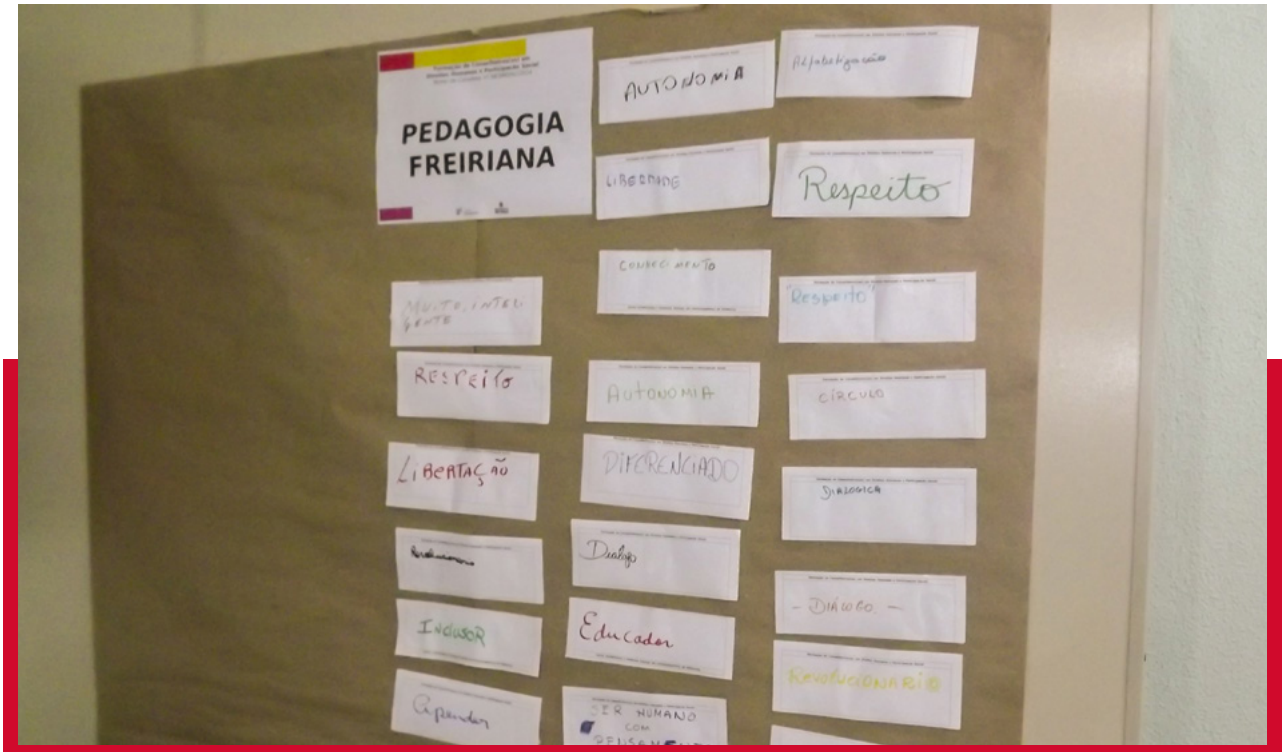
Natália Caetano, coordenadora do projeto, e educandos da turma 3, no 5º Encontro da Formação Continuada, em 11/11/2015.

Educandos da turma 4 durante o Primeiro Encontro da Formação Continuada, em 14/10/2015.

Paulo Roberto Padilha, diretor pedagógico do IPF, coordenando atividade de acolhimento no 1º Encontra da Formação Continuada da turma 4, em 14/10/2015.

Educandos da turma 4 no 1º Encontra da Formação Continuada da turma 4, em 14/10/2015.

Ângela Antunes, diretora pedagógica do IPF. Em atividade com os educandos da turma 4 no 1º Encontra da Formação Continuada da turma 4, em 14/10/2015.



Quadro de princípios freirianos utilizado em formação no 1º Encontra da Formação Continuada da turma 4, em 14/10/2015.

Participantes da turma 4 assistindo ao curta "Ilha das Flores",
durante a 5º Formação Continuada em 18/11/2015.

Fotos do encerramento do curso, em 8/12/2015, com todos os(as) participantes presentes, bem como com a presença do secretário municipal de direitos humanos e cidadania Eduardo Matarazzo Suplicy e Moacir Gadotti, presidente de honra do Instituto Paulo Freire.

Eduardo Suplicy, Secretário da SMDHC do município de São Paulo, na Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Moacir Gadotti, presidente de honra do IPF, na Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Paulo Roberto Padilha, diretor pedagógico do IPF, na Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Participantes da Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Ângela Antunes, diretora pedagógica do IPF, na Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Apresentação Cultural da artista Radi na Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Participantes da Cerimônia de Certificação, em 8/12/2015.

Maria José Scardua e Paulo Roberto Padilha apresentando os Cadernos elaborados para o projeto Formação de Conselheiros(as) em Direitos Humanos e Participação Social, convênio entre IPF e SMDHC, na Cerimônia de Certificação, em 08/12/2015.

Memória de outros depoimentos dos(as) participantes do curso postados na plataforma EaD e em outros momentos deste projetos.

Podemos não ter dinheiro, mas temos muitas histórias pra contar e estamos colhendo muitos frutos das intervenções que realizamos, ou seja, "Memória se faz na História, Relatos do Conhecer, dos fatos brotam a vida de mulheres e homens, NOVO AMANHECER".

(Ana Maria de Paula Silva)

Sou Cícero Ivanilson Silva Gonçalves, nascido em janeiro de 2000 (15 anos), na cidade de Crato (região sul) do estado do Ceará. Cresci perto dos meus avós maternos, que são agricultores e atuam no sindicado dos trabalhadores rurais e na associação comunitária de base, desde de pequeno vejo a luta e o engajamento de minha família no âmbito dos diretos básicos, isso me cativou e incentivou. No fim de 2012 vim morar em São Paulo, procurei o mais rápido possível conseguir vaga numa escola, depois de algumas semanas (que pareciam messes), ingressei na E.M.E.F. Professora Marili Dias, onde, depois de muito esforço para me adequar a ela, também consegui que ela se adequasse a mim, lutando pela aceitação da minha origem e do meu comportamento.

(**Cícero Ivanilson Silva Gonçalves)**

(...) Meus temas favoritos são a Natureza, a Mulher e a Cidade. Assim fui reconhecendo as instâncias de participação e uso meu conhecimento para tecer redes e construir conexões de transformação.

(Alexandra Swerts Leandro)

(...) Olá Natália! Concordo com você. Um monitoramento efetivo só acontecerá quando uma cultura da participação for incentivada. Porém complemento que, além das escolas, os serviços da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social também são locais privilegiados, pois os mesmos têm como objetivos ações continuas e sistemáticas a fim de incentivar o convívio e o fortalecimento de laços de pertencimento, a exposição de ideias, a discussão de propostas, a troca de experiencias entre seus usuários e a construção de projetos pessoais e coletivos. Atualmente temos na cidade de São Paulo 1254 serviços e 225.722matriculas efetivas nestes serviços

(Este diálogo, na plataforma EaD, aberto em junho de 2015 para a turma, foi comentado por Rita de Cássia Monteiro de Lima Siqueira no mês de novembro/2015)

A participação social nos conselhos participativos é fundamental pois permite que os cidadãos tenham canais de diálogos. É uma forma de enxergar que ainda há problemas onde é mais procurado, como podemos notar nas regiões mais periféricas, que ainda ha falta de acessos básicos e a precaridade ainda predomina em tais regiões, muito diferentes das regiões nobres, que tem acessos particularizados.

(Diálogo na EaD, em novembro de 2015, comentáro de Erika Lipa - turma 1)

Dois poemas de músicas compostas especialmente no contexto e para o projeto de formação de conselheiros(as) em direitos humanos e participação social.

Enredarei

Paulo Roberto Padilha

Janeiro de 2015

Ela era apaixonada
Por uma amiga
De sua idade

Ela foi correspondida
E mesmo às escondidas
Amaram de verdade

Ele se sentia só
Estava sempre só
Não tinha amizades

Ele amava intensamente
Um outro garoto
Antes da puberdade

(*) Eles eram diferentes
De outras pessoas
E era comum que fosse assim
Não gostavam de falar
De seus segredos
E era comum que fosse assim
Que fosse assim (4x)

Mas a toda hora
Eram ofendidos
Eram humilhados
E saíram da infância
Incompreendidos
Escandalizados

Na adolescência
Foram atacados
Ela era perseguida
Ele insultado

Ela sofria hostilidades
Ele escutava barbaridades
Eles se cansaram
De se calar
Então decidiram
Se rebelar

Assim começaram
A enfrentar seus medos
E passaram a escrever
Os seus próprios enredos

Ei ei ei ei ei - péralá enredarei
Ei ei ei, ei ei ei, ei ei ei - peralá, eiá!

E então por muito tempo
Mesmo agredidos
Mesmo aviltados
Marcharam pelas cidades
Orgulhosamente
Pra serem respeitados

Ela se tornou astróloga
Estudou os mapas da comunidade
Ele se entregou à causa
E buscou justiça na sociedade

Ela ela semeou a paz
E viajou o mundo
Plantou liberdade
Ele transformou
A dor de sua própria
História em dignidade

(*) Eles eram diferentes
De outras pessoas (...)

(**) Ela semeou a paz
E viajou o mundo(...) em Dignidade

Parára enderára – péra-enredarei.

Aquilo que perdi

Paulo Roberto Padilha

Janeiro de 2015

Não é piada e não tem graça
Já era feio e hoje é ridículo
Como raiz da discriminação
É um mal pra humanidade

Uh uh uh uh.... Abaixo o preconceito!

E como disse voltaire:
"Os preconceitos são a razão dos imbecis"
Ninguém pode violentar
Ofender, humilhar, excluir

Uh uh uh uh.... Abaixo o preconceito!

Qualé rapá, qualé mulé
A tua liberdade começa com a minha
Tendo ou não religião, se cultiva uma fé
Não reze a cartilha da homofobia
E a minha origem não é erva daninha

Qualé rapá, qualé mulé
A minha idade, raça e etnia
Meu peso ou tamanho
Meu jeito, trejeito
Não te dão direito de ter preconceito
A minha aparência merece respeito

Vem cá rapá, vem cá mulé
Quem procura acha um conversa boa
Não tem embaraço o nosso descompasso
Faz parte da vida de quem
algum dia se perdeu

"eu sou aquilo que perdi" -
Disse pessoa (4x)

Uh uh uh uh....

Abaixo o preconceito!

Depoimento extraído do projeto de intervenção de Cássia e Tamy.

"O ano passou rápido e o curso então nem se fala.

Com ele vieram muitos aprendizados, trocas de ideias, pessoas novas que aumentaram o nosso círculo de amizades e deixaram lições de vida. Houve alguns momentos de debates mais aflorados, onde a reflexão, a análise da conjuntura nos norteavam no melhor caminho a seguir.

Cada sábado, mesmo sendo cedo, ao sair daqui saímos com novo olhar com um novo esperançar, que vinha de vocês nas testemunhas que nos transmitiam encorajamento e alegria de saber que há outros que lutam e acreditam em fazer a diferença no hoje para um projeto maior.

Ao olhar a nossa São Paulo de cima do Edifício Martineli, víamos uma outra beleza em nova perspectiva assim como as dificuldades por nós trazidas que, com a contribuição da troca dos saberes, ia se tornando não mais fáceis, mas com novas alternativas de intervenções em uma perspectiva humanizadora.

Por isso obrigada a cada um por neste ano alegrar nossos sábados e nos esperançar, especialmente Samara e Deyse que tiveram de ter muita paciência conosco.

Para encerrar...

Os Versos e ensinamentos do mestre e educador Paulo Freire:

'É preciso ter esperança, mas ter
esperança do verbo esperançar;
porque tem gente que tem
esperança do verbo esperar.
E esperança do verbo esperar
não é esperança, é espera.
Esperançar é se levantar,
esperançar é ir atrás,
esperançar é construir,
esperançar é não desistir!
Esperançar é levar adiante,
esperançar é juntar-se com outros
para fazer de outro modo...'

Obrigada"

Imagens finais.... para novos começos...

Cartão comemorativo de fim do curso da turma 1.

Cartão comemorativo de fim do curso da turma 2.

Cartão comemorativo de fim do curso da turma 3.

Cartão comemorativo de fim do curso da turma 4.

Endereços eletrônicos de vídeos do projeto com depoimentos dos participantes, música, alegria, emoção e múltiplas aprendizagens.

Lançamento do Projeto - 14/4/2015
https://www.youtube.com/watch?v=sH12MWKqi3I

Cerimônia de Apresentação dos Projeto de Intervenção - 27/11/2015
https://www.youtube.com/watch?v=iyWbiAv8JLQ

Encerramento do Projeto - 8/12/2015
https://www.youtube.com/watch?v=YQRBh6tg3pc

São Paulo, dezembro de 2015.
Organização: Instituto Paulo Freire

Preservar a memória contribui com os que vem depois de nós e amplia as possibilidades de reinvenção do futuro.

Esta Memória registra a experiência do Curso de Formação de Conselheiros e Conselheiras em Direitos Humanos e Participação Social na cidade de São Paulo. Apresenta também como se deu o processo de elaboração de 20 cadernos que foram produzidos para ampliar o acesso a informações sobre os conselhos da cidade e também para contribuir com a formação de conselheiros(as) de Direitos Humanos.

O curso e as publicações foram uma iniciativa da Coordenação de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), tomando por base os objetivos estratégicos, as metas, os eixos temáticos e as articulações territoriais previstos no Programa de Metas 2013-2016 do Governo Fernando Haddad.

Enquanto persistirem a desigualdade social e quaisquer tipos de violações aos direitos humanos, todas as forças, experiências, sonhos e utopias devem ser mobilizadas para a construção de uma São Paulo que garanta uma vida mais digna, justa e humanizada para todas as pessoas.